

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

FILIPE BORBA DE MOURA

**GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS: Agroecologia e movimentos
sociais na resistência ao agronegócio em Goiás**

GOIÁS-GO

2021

FILIPPE BORBA DE MOURA

**GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS: Agroecologia e movimentos
sociais na resistência ao agronegócio em Goiás**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Câmpus Cora Coralina, da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG) como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado.

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges

GOIÁS-GO

2021

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Filipe Borba de Moura

Email: filipeborbahti@gmail.com

Dados do trabalho

Título: **GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS: Agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás**

Tipo:

Tese Dissertação

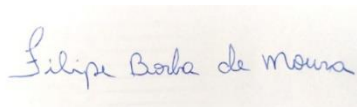
Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Câmpus Cora Coralina, da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG).

Concorda com a liberação documento

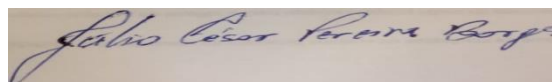
SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 29 de novembro de 2021.



Filipe Borba de Moura
Assinatura autor(a)



Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges
Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M929g Moura, Filipe Borba de.

Geopolítica dos conflitos : agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás [manuscrito] / Filipe Borba de Moura. – Goiás, GO, 2021.

122f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Geopolítica e agroecologia - Goiás. 1.1. Agronegócio. 1.2. Movimentos sociais. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 911:332.2.021.8(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000 Telefones:
(62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

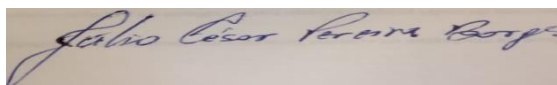
ATA DE EXAME DE DEFESA 12/2021

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um às dezessete horas, realizou-se, por web conferência, o Exame de Defesa de dissertação do mestrando Filipe Borba de Moura, intitulado “GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS: Agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás”, A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dr. Júlio César Pereira Borges (Orientador -PPGEO/UEG), Dr. Murilo Mendonça O. de Souza (Membro interno - PPGEO-UEG) e Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Membro externo – IESA- UFG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (x) ou não aprovada ()ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):

Proceder de uma revisão ortográfica e realizar alterações propostas pela banca.

Cumpridas as formalidades de pauta, às 19 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Goiás-GO, 29 de outubro de 2021.



Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges (Orientador - PPGEO/UEG)



Prof. Dr. Murilo Mendonça O. de Souza (Membro Interno / PPGEO-UEG)



Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Membro externo\ IESA-UFG)

Dedico este trabalho a todos os membros da minha família.

E, em especial, ao meu professor e amigo, Danilo Cardoso Ferreira, responsável por me apresentar o que é pesquisa e Geografia, durante a Graduação e Pós-Graduação. Além disso, me apoiou e influenciou a ingressar no Mestrado, auxiliando com conversas, na construção do projeto e leituras de textos para a prova de conhecimentos específicos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me concedido vida e vigor para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas que compõem minha família.

Agradeço a minha namorada, por me cobrar e incentivar em todo o período de construção e realização desta pesquisa de Mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio César Pereira Borges, por ter tido paciência em me orientar e por me auxiliar na realização desta pesquisa, em todos os momentos de construção deste texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UEG, pela oportunidade de ingressar na primeira turma de Mestrado em Geografia.

E, em nome do coordenador do PPGeo, professor Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, agradeço a todos os professores do Programa e, em especial, aos que tive oportunidade de cursar disciplinas.

Ao professor Murilo Mendonça Oliveira de Souza, por ter contribuído no meu projeto durante a disciplina de seminários e por ter participado e colaborado na minha qualificação de Mestrado.

Ao professor Eguimar Felício Chaveiro, por compor minha banca de qualificação e ter contribuído, através de suas orientações, para a construção e conclusão de minha dissertação.

Ao professor Edson Batista da Silva e à professora Ana Carolina de Oliveira Marques, por também terem feito parte da minha qualificação.

Aos professores Marcelo Mendonça e Adriano Oliveira, com os quais tive a oportunidade de fazer parte da disciplina “*Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial*”, no IESA/UFG, na qual foi feito um trabalho de campo na região do Matopiba, o que foi fundamental para o entendimento de Estado na construção desta pesquisa.

Ao José Valdir Misnerovicz, por ter me recebido em sua residência durante dois dias, em cuja oportunidade ocorreu muita conversa, que foi fundamental para a conclusão de minha dissertação.

Ao Colégio Estadual Dom Abel - CEDA e, em nome da Cidinha e Maurina, agradeço a todos os professores, amigos, alunos e demais trabalhadores do Dom Abel. Ali foi onde trabalhei durante praticamente todo o período de Mestrado, e isso foi fundamental na minha vida.

Aos amigos do PPGEIO, Jorge, Luiz, Diego, Camila, Cleiton, Carol, Joannes, Dedel, Fernanda, Maíra, Juliano, Natália, Isaías e Letícia.

Aos amigos da faculdade, Robson, Marcos Paulo, Mirian Miranda, Andressa, Ramon e Dayane.

Por fim, peço desculpas a quem eu devo ter esquecido, mas agradeço a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Meu muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa traz uma discussão sobre a geopolítica dos conflitos entre o agronegócio e a Agroecologia em Goiás, enfatizando a atuação do Estado e dos movimentos sociais. Nesse sentido, o território é compreendido como um campo de forças onde ocorrem os conflitos e a resistência dos movimentos sociais, pela via da agroecologia, ao agronegócio. O estudo também evidenciou a coalização do Estado com o agronegócio, promovendo, por meio de Políticas Públicas, a estruturação e a manutenção desse modelo produtivo no país, orientando a produção brasileira para o circuito internacional de *commodities*. Dessa forma, também foi trabalhado o processo de construção de Políticas Públicas com o enfoque agroecológico. Assim, para a realização da pesquisa, aportou-se em procedimentos metodológicos diversos, com suporte na pesquisa qualitativa. Também foi utilizado o procedimento de trabalho de campo no Assentamento Canudos, com o objetivo de evidenciar a materialização da agroecologia e sua dimensão política no coletivo Colmeia. Como resultado, foi possível perceber empiricamente como a Agroecologia, por meio dos movimentos sociais e da produção de alimentos saudáveis, nega o agronegócio e se apresenta como a única alternativa viável para um projeto de vida. Por fim, a pesquisa evidenciou que a geopolítica dos conflitos não se refere à geopolítica tradicional, que foi entendida como sinônimo de conflitos e de Estados totalitários, mas sim, aos conflitos territoriais que expõem a territorialização do Agronegócio e da Agroecologia em Goiás, sendo os movimentos sociais e o campesinato os principais atores da Agroecologia e da resistência ao agronegócio.

Palavras-chave: Geopolítica dos conflitos. Agroecologia. Agronegócio. Movimentos sociais. Resistência.

ABSTRACT

This research brings a discussion about the geopolitics of conflicts between agribusiness and Agroecology in the State of Goiás, emphasizing the role of the State and of the social movements. In this sense, the territory is understood as a field of forces where conflicts and the resistance of social movements to agribusiness, through agroecology, occur. The study also highlighted the coalition of the State with agribusiness, promoting, by Public Policies, the structuring and maintenance of this productive model in the country, guiding Brazilian production towards the international circuit of commodities. Thus, the process of building Public Policies with an agroecological focus was also worked on. Therefore, to carry out the study, several methodological procedures were used, supported by qualitative research. Fieldwork at the Canudos Settlement (Assentamento Canudos) was also used, with the aim of highlighting the materialization of agroecology and its political dimension in the Colmeia Social Collective (Coletivo Colmeia). As a result, it was possible to see empirically how Agroecology, through social movements and the production of healthy foods, denies agribusiness and presents itself as the only viable alternative for a life project. Finally, the research showed that the geopolitics of conflicts does not refer to traditional geopolitics, which was understood as synonymous with conflicts and totalitarian states, but rather to territorial conflicts that expose the territorialization of Agribusiness and Agroecology in Goiás, with social movements and the peasantry being the main actors in Agroecology and resistance to agribusiness.

Keywords: Geopolitics of conflicts. Agroecology. Agribusiness. Social movements. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Elementos centrais da Agroecologia com base nas proposições de Sevilla Guzmán e Graciela Ottmann (2004). **39**
- Figura 2:** Iniciativas com enfoque agroecológico que marcam a construção da Política Pública. **74**
- Figura 3:** Linha cronológica do desenvolvimento das Políticas Públicas com enfoque agroecológico no Brasil. **75**

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1:** Horta mandala **107**
- Fotografia 2:** Panorama da horta mandala **108**
- Fotografia 3:** Agrofloresta Ana Primavesi **109**
- Fotografia 4:** Agrofloresta Ana Primavesi **110**
- Fotografia 5:** Estufa para plantação de hortaliças **111**
- Fotografia 6:** Estufa para plantação de morangos. **111**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Aspectos agroecológicos a partir dos movimentos sociais do campo e pela ABA. **95**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB: Agricultura Biológica.

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia.

ABD: Agricultura Biodinâmica.

Abrasco: Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

AE: Agricultura Ecológica.

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia.

Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

AO: Agricultura Orgânica.

AR: Agricultura Regenerativa.

AS: Agricultura Sustentável.

Ater: Assistência Técnica e Extensão Rural.

CBA: Congresso Brasileiro de Agroecologia.

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.

Ciapo: Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica.

CME: Campanha da Merenda Escolar.

Cnapo: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Cnumad: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Consea: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CPAC: Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado.

CPAs: Cooperativas de Produção Agropecuária.

CPT: Comissão Pastoral da Terra.

CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura.

EBAAs: Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ENA: Encontros Nacional de Agroecologia.

FETAEG: Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás.

FHC: Fernando Henrique Cardoso.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FPA: Frente Parlamentar da Agropecuária.

Gwatá: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo.

IFG: Instituto Federal Goiano.

LULA: Luiz Inácio Lula da Silva.

Matopiba: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

MCP: Movimento Camponês Popular.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NA: Agricultura Natural.

NASA: Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço.

OMS: Organização Mundial da Saúde.

ONGs: Organizações não Governamentais.

PA: Mokiti Okada, Fukuoka, Permacultura.

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.

Padap: Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PCI: Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados.

PDA: Subprograma Projetos Demonstrativos.

PGPAF: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar.

PGPM-Bio: Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Planapo: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Pnae: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Pnapo: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

PNATER: Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

PNDs: Planos Nacionais de Desenvolvimento.

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento do Cerrado.

PPGEO: Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PRODECER: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados.

PRODOESTE: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONATER: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTA: Projeto Tecnologias Alternativas.

Rede Penssan: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar.

Rio-92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional.

SCA: Sistema Cooperativista dos Assentados.

Sire: Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas.

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural.

SUDECO: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

TDR: Territorialização/ Desterritorialização/ Reterritorialização.

UDR: União Democrática Ruralista.

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
SEÇÃO 1:	
CONCEITOS E TEORIAS NA ANÁLISE DA DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA NA RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS	21
1.1 Agroecologia X Agronegócio: a proposta	22
1.2 Uma geopolítica dos conflitos	24
1.3 Estado, movimentos sociais, território e poder	31
1.4 Agroecologia: uma conceituação	37
SEÇÃO 2:	
ESTADO E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS	42
2.1 Geopolítica capitalista e a expansão do agronegócio em Goiás	43
2.2 Estado e agronegócio em Goiás	45
2.3 Comunidade Brejo Verde Comunidade Capão do Modesto	56
SEÇÃO 3:	
O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ENFOQUE AGROECOLÓGICO	61
3.1 Décadas de 1980/90: o início da construção de políticas públicas com enfoque agroecológico	63
3.2 Os anos 2000 a 2010.	66
3.3 A instituição da Pnapo (2012) e do Planapo (2013)	71
3.4 2016 – O Golpe e a Naturalização do Agronegócio	76
SEÇÃO 4:	
AGRONEGÓCIO X AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM GOIÁS	80
4.1 Movimentos Sociais: aproximação teórica ao conceito de Movimentos Socioterritoriais	81
4.2 Agronegócio x Agroecologia e Movimentos Sociais	86

4.3 A perspectiva do MST	98
4.4 Relato de Experiência: trabalho de campo no Coletivo Colmeia, no Assentamento Canudos	102
4.4.1 Coletivo Colmeia: um projeto de vida pelo caminho de uma alimentação saudável	103
4.4.2 Estruturação do Coletivo Colmeia	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Apresenta-se nesta pesquisa uma discussão sobre a dimensão política da Agroecologia como resistência ao agronegócio, expressão máxima do avanço capitalista no campo brasileiro. Para tanto, atentou-se para a dinâmica política que envolve sua territorialização em Goiás, buscando compreender suas estratégias no enfrentamento ao agronegócio, tendo em vista o seu antagonismo político, econômico e, portanto, ideológico a esse modelo econômico.

Assim, ao propor a geopolítica dos conflitos, a pesquisa se refere aos conflitos territoriais que envolvem a territorialização do agronegócio e da Agroecologia em Goiás, além de enfatizar o papel dos movimentos sociais e da Agroecologia para este enfrentamento. Portanto, a geopolítica dos conflitos é a disputa entre os atores hegemônicos defensores do agronegócio, que inclui o Estado, representante de classe, e os atores defensores da Agroecologia, notadamente os movimentos sociais atuantes no território goiano.

Parte-se, então, do pressuposto que a Agroecologia é de suma importância na luta pela terra e o território, marco não só da resistência camponesa, mas, também, dos indígenas e povos tradicionais. Como é defendida por Silva e Souza (2019, p. 27): “A agroecologia foi forjada na prática cotidiana da luta pela terra e pelo território de povos indígenas, das populações tradicionais e do campesinato em diferentes momentos históricos e regiões no mundo”.

Diante desta perspectiva, a Agroecologia é compreendida como “prática, movimento e ciência”. Nessa definição, estão presentes as dimensões: **prática**, que é pautada em técnicas de produção da agricultura orgânica ou alternativa, assim como, na prática social voltada à criação de estratégias para construção da autonomia produtiva; **movimentos** de categorias e políticas, que atuam para expansão da produção agroecológica e contraria a hegemonia do agronegócio; e **científica**, que consiste no caminho da agroecologia no campo acadêmico-científico, na qual está inserida esta pesquisa.

Os pressupostos teóricos e metodológicos da ciência geográfica suportam a discussão aqui feita, pois defende-se que este olhar geográfico implica em compreender a natureza por inteira e, também, a cultura como natureza transformada a partir do trabalho. No entanto, a centralidade deste estudo é evidenciar o viés político, elencando que o não investir em agroecologia, o não incentivar a produção agroecológica, é uma decisão política das classes

hegemônicas que controlam o Estado brasileiro, isto é, a mesma classe que aposta no projeto destrutivo do agronegócio.

Sendo a Agroecologia partícipe dessa realidade, esta é composta e compositora de estratégias da resistência ao agronegócio. Nesse sentido, coube a esta pesquisa responder às seguintes questões: Como a Agroecologia se fundamenta como resistência ao agronegócio? Como essa resistência se processa a partir dos Movimentos Sociais? Como a Agroecologia se apresenta e como representa os Movimentos Sociais na resistência ao agronegócio em Goiás?

Diante da problemática levantada, evidencia-se que, além da sua relevância científica, esta pesquisa é *justificada* pela sua importância política e social, tendo em vista a postura de resistência ao avanço do agronegócio no Brasil. Dessa maneira, tem-se a esperança de que esta sirva de base e incentivo para outras que virão na busca de justiça social e, portanto, na contramão do agronegócio e em defesa da vida. É o que se acredita ser a lógica da Agroecologia.

Para responder as questões mencionadas, aportou-se em procedimentos metodológicos diversos, uma vez que delinear as questões metodológicas com coerência é sempre uma preocupação, tendo em vista a dificuldade de sintetizar-se as características específicas e os procedimentos adequados para a realização da pesquisa científica. A variedade de gêneros também é um complicador. Nesse sentido, tem-se como base a perspectiva de Pedro Demo, que afirma que nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente, pois "Na prática, mesclamos todos, acentuando mais este ou aquele tipo de pesquisa" (DEMO, 2000, p. 22).

Seguindo essa perspectiva, foi feita uma abordagem teórica sobre a Agroecologia, enfatizando suas estratégias de territorialização. Para tanto, foi feita uma leitura da ação política do Estado na territorialização do agronegócio e da agroecologia. Nesse sentido, fez-se um levantamento e posterior análise de referências bibliográficas que discutem o papel do Estado na ordem capitalista, assim como, as políticas territoriais e o avanço do agronegócio e da agroecologia no Brasil e em Goiás. Nesse computo, foi incluído um referencial teórico que retrata a Agroecologia enquanto resistência ao agronegócio e sua dinamização no território goiano.

No complemento da pesquisa teórica, foi realizada a pesquisa documental. Entende-se que esse procedimento permite acessar uma documentação (leis, decretos, atas, relatórios e outros) que revela ações diretas e legais do Estado referente ao pesquisado. Pela via documental,

buscou-se também dados que mostram a territorialização do agronegócio e da Agroecologia em Goiás, elencando as semelhanças e diferenças entre tais atividades.

Um procedimento metodológico de grande importância neste estudo foi o trabalho de campo realizado na unidade Colmeia, no Assentamento Canudos, tendo em vista a possibilidade de contato direto com a realidade pesquisada. Para Suertegaray (2002), o trabalho de campo é um texto carregado de signos a serem desvendados; é uma forma de “Análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo”. (SUERTEGARAY, 2002, p. 3). Já para Pires do Rio (2011), o trabalho de campo é elemento investigativo revelador de questões espaciais e de situações surpreendentes. Nesse sentido, esta pesquisa esteve aberta às novidades que surgiram e redirecionaram novos elementos e caminhos metodológicos, que auxiliaram no cumprimento da proposta.

Orientadas por tais perspectivas, foram realizadas pesquisas de campo em locais que praticam as atividades agroecológicas, onde foi possível perceber a dinâmica produtiva de uma realidade negada pelo agronegócio. Assim, foi feito um trabalho de campo no início de 2020, antes do período de pandemia da Covid-19, no Assentamento Canaã, em Brazlândia/DF. O campo teve o objetivo de evidenciar os princípios agroecológicos e da agrofloresta, além da estruturação de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Nesse contexto, o campo foi finalizado na região do Matopiba, com o propósito de entender empiricamente a atuação do Estado e das Políticas Públicas para a expansão e estruturação da nova fronteira agrícola de expansão do agronegócio.

Em 2021, foi realizado um trabalho de campo no coletivo Colmeia, no Assentamento Canudos. O objetivo deste foi evidenciar empiricamente um projeto agroecológico e o movimento de luta política do MST, em Canudos.

Nesse lume, buscou-se compreender a representação dos sujeitos envolvidos no processo produtivo¹. De posse dessa possibilidade metodológica, pretendeu-se dialogar com tais sujeitos na busca de argumentos reveladores das bases estruturais de ambas as atividades. Assim, entende-se que o diálogo é uma ferramenta bastante útil para compreender as representações dos envolvidos nessa dinâmica espacial. Este configura-se como instrumento

¹ A fala representa importante elemento por meio do qual o sujeito se dá a conhecer. É através do sentir e do pensar que os sujeitos manifestam por meio de formas discursivas o seu modo de ver – e de se ver – mediante o grupo social a que pertence. Pelo recurso da fala os sujeitos expõem as manifestações de toda a sociedade no plano simbólico entre seus membros (LEFEBVRE; LEFEBVRE 2010, p.122).

imprescindível para adentrar o universo das suas reminiscências, pois permiti compreender os comportamentos reveladores de sua condição humana, evidenciando fenômenos e eventos capazes de interpretações qualitativas de processos socioespaciais, como o aqui levantado. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; com um nível de realidade que não pode ser totalmente quantificado”. (LEFEBVRE; LEFEBVRE 2010, p.73).

Diante do exposto, entende-se que esta pesquisa se enquadra na perspectiva qualitativa, visto que as representações buscadas são referentes à representação social² não de um indivíduo, mas, do coletivo social.

O trabalho é estruturado em quatro seções, sendo a primeira intitulada “*Conceitos e teorias na análise da dimensão política da Agroecologia na resistência ao agronegócio em Goiás*” e responsável por apresentar os fundamentos teóricos da dissertação, para entender-se a capacidade política da Agroecologia no computo da resistência ao agronegócio em Goiás. Com isso, ocorre a aproximação das teorias que fundamentam a geopolítica, sendo esta entendida na pesquisa como a geopolítica dos conflitos, referindo-se aos conflitos territoriais que expõem a territorialização do agronegócio e da Agroecologia em Goiás.

A primeira seção discorre ainda sobre os conceitos e teorias do Estado, este entendido como o representante do poder institucional, o qual dispõe de um poder regulatório por meio de sua materialidade e seus aparelhos institucionais. Assim, foram discutidos temas que contribuem para a análise, como os movimentos sociais, o Poder e uma aproximação teórica da Agroecologia, sendo esta entendida como *prática, movimento e ciência*.

A segunda seção, a qual é nomeada “*Estado e desenvolvimento do agronegócio em Goiás*”, tem o objetivo de entender a atuação do Estado e sua cumplicidade com o agronegócio brasileiro, evidenciando o papel do Estado na orientação de Políticas Públicas para o desenvolvimento capitalista no território brasileiro desde os projetos com capital internacional - como o Polocentro, Prodecet e Matopiba.

A terceira seção é intitulada “*O Estado e construção de Políticas Públicas com enfoque agroecológico*” e tem o propósito de organizar uma ordem cronológica a respeito da construção de Políticas Públicas com enfoque agroecológico. Desse modo, inclui o início do

² As representações sociais são esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu cotidiano, juízos ou opiniões; são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, de uma realidade comum a um conjunto social (LEFEBVRE; LEFEBVRE, 2009, p.112).

debate agroecológico, na década de 1980, até a construção da primeira Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em 2012, e o momento atual da naturalização do agronegócio brasileiro, com a desregulamentação de agrotóxicos do PAA, entre outros.

A última seção com o título “*Agronegócio x Agroecologia e movimentos sociais em Goiás*” tem por finalidade apresentar o conceito de movimentos sociais e sua aproximação com uma leitura geográfica, e o que entende-se por movimentos socioterritoriais. No mesmo sentido, a quarta seção apresenta a relação da Agroecologia com os movimentos sociais e a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Por fim, é trabalhado um breve relato de experiência no Assentamento Canudos e apresenta-se a estruturação do coletivo Colmeia, o qual tem como objetivo construir um projeto de vida com base na Agroecologia e na produção de alimentos saudáveis.

SEÇÃO 1:

**CONCEITOS E TEORIAS NA ANÁLISE DA DIMENSÃO POLÍTICA DA
AGROECOLOGIA NA RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS**

A ideia defendida nesta pesquisa retrata a capacidade política da Agroecologia no computo da resistência ao agronegócio em Goiás. Portanto, é evidenciado como a Agroecologia é dotada de elementos que a possibilitam exercer o poder de transformação de dada organização espacial, ao oferecer e possibilitar condições antagônicas ao agronegócio. Nesse sentido, foi feita uma análise dos conceitos e teorias que embasam a ideia levantada.

Diante do exposto, faz-se necessário uma análise das categorias e conceitos que direcionam a um raciocínio coerente sobre o proposto neste estudo. Para isso, foram eleitas as categorias: Estado, movimentos sociais, território e poder, entendendo que estas, a partir de uma leitura integrada, possam, teórica e metodologicamente, suportar a compreensão da vertente política da Agroecologia e da resistência ao agronegócio em Goiás.

1.1 Agroecologia X Agronegócio: a proposta

Para compreender a Agroecologia como resistência ao agronegócio, é essencial o entendimento do desenvolvimento contraditório do capital e do seu reverberar no conflito de classes entre campesinato X latifúndio e agronegócio (OLIVEIRA 2004). Tal consideração direciona esta pesquisa ao entendimento do campo pela via do desenvolvimento contraditório do capital e da luta de classe. Nesse lume, a Agroecologia aparece como suporte da luta camponesa defendendo sua autonomia produtiva e assegurando a soberania alimentar, ao propiciar a sua independência dos grandes conglomerados financeiros e indústrias que compõem a rede do agronegócio (MENDONÇA, 2012).

É destaque nesta pesquisa a atuação do Estado. Parte-se do pressuposto que o Estado é o ente viabilizador (pela via das políticas públicas e territoriais) dos projetos econômicos capitalistas. Sua atuação no final do século XX e início do século XXI revela os pactos de forças e a instrumentalização do território para o proveito dos fundos territoriais por parte das grandes corporações estrangeiras. O mesmo aconteceu com o desenvolvimento do agronegócio em Goiás. Tal condição leva ao entendimento que o Estado é um representante político de classe. Nesse sentido, defende-se que ao agir sobre o território goiano viabilizando o desenvolvimento do agronegócio, o Estado cumpriu e cumpre a agenda da acumulação capitalista no campo, portanto, é um representante de classe.

Ao contrário do agronegócio, a Agroecologia enfrenta retaliações da rede de poder mediada pelo Estado, representante de classe. No entanto, sua proposta de projeto de vida e

produção de alimentos saudáveis é atraente, por isso, tem ganhado força na atualidade, condição que se intensifica com a aliança com movimentos sociais do campo brasileiro, notadamente, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Afirma-se, portanto, que a Agroecologia se tornou um instrumento que compõe a pauta de luta contra o agronegócio dos movimentos sociais do campo. Esta instrumentalização se dá pela sua práxis, nos âmbitos teórico-filosófico, por ser uma ciência; no campo prático, por estar presente na produção direta de alimentos saudáveis; logo, também de prática social e no campo técnico, por permitir o uso de técnicas sustentáveis de produção - o que significa uma potente retórica para os movimentos sociais contrários ao agronegócio. Essa é a centralidade desta pesquisa: compreender como a Agroecologia compõe a pauta dos movimentos sociais no seu antagonismo ao agronegócio, o que, nesta pesquisa, é denominado de dimensão política da Agroecologia.

A palavra dimensão ganha o tônus conceitual de profundidade, de espessura, de versatilidade, ao atribuí-la à grande potencialidade que a Agroecologia, pelas vias da ciência, da prática e da técnica, tem para a construção de uma retórica de resistência ao Agronegócio. Ainda, no sentido figurado, a palavra dimensão é entendida como capacidade de ser útil, de cumprir um propósito – que aqui é defender um projeto de vida, que, por si só, nega a morte encaminhada pelo agronegócio.

Essa dimensão aliada à atuação dos movimentos sociais do campo tem o poder de mobilização social, o que pressiona a atuação do Estado em favor das demandas agroecológicas. Por isso, entende-se que as Políticas Públicas e territoriais para o campo brasileiro não são apenas direcionadas ao complexo do agronegócio, mas, também, resultam da luta camponesa que, segundo Pessoa (1999), historicamente, obteve importantes conquistas, haja vista a atuação dos diversos movimentos sociais que, desde os primórdios da colonização brasileira à atualidade, fora e é preeminente.

Tendo como centralidade a ideia de que a Agroecologia se posiciona antagonicamente ao agronegócio, entende-se que sua análise não está desvinculada da luta de classe e, por isso, do conflito entre agronegócio e o campesinato em Goiás. Essa luta é composta de estratégias, planejamento, ação de sujeitos, instituições e organizações na constatare luta de defesa e avanço de seus territórios. No caso do agronegócio, há a composição de uma rede de poder, capitaneada pelo Estado, que possibilita sua hegemonia. Porém, entende-se que os camponeses, pela via dos movimentos sociais, têm resistido e obtido êxito nessa luta.

1.2 Uma geopolítica dos conflitos

Ao propor um estudo sobre a geopolítica dos conflitos, esta pesquisa refere-se aos conflitos territoriais que expõem a territorialização do agronegócio e da Agroecologia em Goiás, enfatizando o papel dos movimentos sociais, via retórica agroecológica, em oposição à produção de *commodities* do setor agrário, e tudo aquilo que ele representa, tendo em vista os malefícios socioambientais causados por esse modelo de produção.

Acompanhando esse raciocínio, entendemos como geopolítica dos conflitos a disputa entre os atores hegemônicos defensores do agronegócio - que inclui o Estado, representante de classe - e os defensores da Agroecologia, notadamente, os movimentos sociais do Brasil, com destaque, nesta pesquisa, para os atuantes no território goiano.

Os estudos sobre a geopolítica estão diretamente relacionados à sistematização da ciência geográfica, ocorrida no final do século XIX, e elencada pelo alemão Friedrich Ratzel. No entanto, esse campo ganhou corpo teórico anterior a esse período, com as teorias de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Halford John Mackinder (1861-1947) sobre o Poder Marítimo e o Poder Terrestre. Tais teorias são consideradas por alguns pesquisadores como as primeiras teorias geopolíticas, devido à centralização na discussão sobre o poder/Estado e o espaço/território, que mais tarde ganhou foro geográfico com Ratzel. Porém, a sistematização do conceito de Geopolítica só ocorreu anos depois, com o trabalho do sueco, professor e geógrafo Rudolf Kjéllen em seu livro: “O Estado como forma de vida”, publicado em 1916. (CORREIA, 2012)

Kjéllen apostou no termo geopolítica a possibilidade de entendimento da relação entre Estado e território ou, como afirma Correia (2012, p. 230), entre geografia/Estado. Assim, “A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenômeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país”. Ainda de acordo com Correia, sobre o conceito de Kjéllen, “A geopolítica pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (2012, p. 231):

Kjellén analisava o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnografia, a história e a geografia. Ao campo específico da relação da política com a geografia

chamou geopolítica e, assim, nascia o neologismo. Inicialmente foi-lhe conferida reduzida importância e teve limitada divulgação (CORREIA, 2012, p. 130).

Partindo da sistematização do conceito feita por Kjéllen e com influências direta de Ratzel, foi criada a primeira escola de geopolítica do mundo: a Escola de Munique. Posteriormente, em 1922, liderado pelo alemão Karl Haushofer, foi fundado o Instituto de Geopolítica e, em 1924, foi lançada a primeira Revista de Geopolítica. Nesse sentido, a geopolítica ganha corpo institucional e acadêmico e, portanto, fundamentação teórica.

Merece destaque no debate sobre a sistematização teórica da geopolítica e sua institucionalização pela Escola de Munique o fato dessa ciência servir como base teórica para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a geografia tem também sua contribuição, principalmente quando Kjéllen, referenciando as ideias de Ratzel, entende o “Estado como um organismo territorial”, já que, anteriormente, o Estado era considerado um organismo biológico que “Nasce, cresce e morre”.

No entanto, há Estados que crescem, se apresentam vigorosos e cheios de vida e possuem uma política imperialista pela qual expandem seus territórios, seja por meio de “Colonização, amalgamação ou conquista” (COSTA, 2008, p. 56-57) - teoria esta que sustentou os ideais imperialistas de Hitler. Essa perspectiva custou caro à teoria da Geopolítica, pois:

Com a ascensão do nazismo, com a II Guerra Mundial e com a derrota alemã, a geopolítica viria ser identificada com a responsabilidade que terá tido no desencadeamento da guerra e com os contornos mais tenebrosos e aberrantes que o hitlerismo assumiu. E pagou um elevado preço por isso, tendo sido votada ao ostracismo (CORREIA, 2012, p. 130).

Correia (2012) destaca que o sociólogo brasileiro, Josué de Castro, teve papel fundamental na recuperação teórica da geopolítica, por sua obra “*A Geopolítica da Fome*”, editada em 1951. Essa obra traz uma perspectiva humanista aos estudos geopolíticos pautados no princípio: “(...) O que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados (...) é apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos na sua realidade espacial (...)”. Esse princípio vem acompanhado de uma crítica feita à geopolítica alemã, ao afirmar que:

A geopolítica (...) nada tem a ver com a *geopolitik* germânica, pseudociência de Karl Haushofer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich (CORREIA, 2012, p. 232).

Para Correia, nos anos que seguem da década de 1950, o que se viu foi uma evolução do debate teórico sobre a geopolítica, recolocando-a no ambiente científico e acadêmico. Nesse contexto, se depara com “A recuperação de algumas teorias anteriores à *geopolitik* da Escola de Munique” (CORREIA, 2012, p. 232), tais como as teorias de Poder Marítimo, de Alfred T. Mahan (1890); Poder Terrestre, de Halford J. Mackinder (1904); Poder das Pan-regiões, de Karl Haushofer (1930); Poder Aéreo, de Alexander P. de Seversky (1942); e Teoria das Fímbrias ou Rimland, de Nicholas J. Spykman (1942/44).

A teoria mais difundida e que contribuiu para evolução da geopolítica clássica é a do Poder Marítimo, de Mahan, que servira para o Estado instrumentalizar o domínio marítimo e, conseqüentemente, dominar o mundo. De acordo com Bonfim (2005), “Mahan afirmava que o poder marítimo é elemento vital para o crescimento, a prosperidade e a segurança nacionais” (BONFIM, 2005, p. 56). Essa teoria serviu às estratégias dos Estados Unidos da América no seu projeto de colonização e defesa territorial, direcionando para o controle de pontos estratégicos dos oceanos Pacífico e Atlântico, como referência à expansão de seus domínios.

Por sua vez, o Poder Terrestre, de Mackinder, partiu da análise do estudioso sobre o mapa mundi, na qual ele percebeu que 75% das terras do mundo estão na África, Ásia e Europa. Esse território foi designado por ele como a “Ilha do mundo”, que consistia em uma área central que representa a “Terra Central” ou “Terra Coração” (*Heartland*), considerada como autêntica área pivô da História. A partir dessa formulação, Mackinder deduziu que quem a controlasse dominaria a “Ilha do Mundo e, por consequência, controlaria o mundo” (BONFIM, 2005, p. 59).

Outros pesquisadores ganharam destaque na construção do pensamento geopolítico e da sua construção teórica, como é o caso de Karl Haushofer. Este, influenciado pela geopolítica de Kjéllen e Mackinder, assim como pela corrente determinista, chegou à conclusão que, a partir das diversificadas características físicas e, portanto, produtivas, o mundo poderia ser dividido em regiões geoestratégicas. A partir dessa observação, “Idealizou a formação de Pan-Regiões como forma de, através da complementaridade de recursos produzidos em climas diversos, alcançar autarquia” (BECKER, 2014, p. 278).

Destaca-se também o teórico Alexander P. de Seversky que, na corrida da expansão do poder norte americano pelo mundo, criou a teoria do Poder Aéreo. Tal teoria baseava-se no princípio da redução de tempo para percorrer uma longa distância, o que poderia acontecer com domínio das tecnologias aéreas. Essa teoria foi desenvolvida no contexto da Segunda Guerra Mundial e serviu como planejamento estratégico para que os EUA dispusessem de poder aéreo para dominar o mundo:

Na década de 40, o aviador militar russo emigrado para os EUA e naturalizado norte americano, Alexander Seversky, na onda da euforia do desenvolvimento da aeronáutica militar, recusando uma geopolítica baseada na dicotomia poder marítimo/poder terrestre, introduziria a dimensão aérea e seria o primeiro a construir uma teoria com contornos geopolíticos de um poder aéreo, segundo a qual o controlo do espaço aéreo seria o instrumento decisivo para domínio mundial: “Dominando o ar, os EUA podem dominar ou partilhar o domínio do mundo (CORREIA, 2012, p. 233).

Ainda na década de 1940, foi elaborada a teoria do poder dualista, conciliando poder terrestre e poder marítimo. Segundo seu idealizador, o professor holandês naturalizado norte-americano, Nicholas Spykman, além da importância do *heartland*, há que considerar-se a importância da cintura costeira que envolve o coração da Eurásia: o *rimland*. No entanto, “Quem controla o rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (CORREIA, 2012, p. 233).

Merece ênfase também a teoria da divisão do mundo em duas regiões geoestratégicas, elaborada na década de 1960, pelo geógrafo e professor norte americano, Saul Bernard Cohen. Essa teoria consistiu na subdivisão do Mundo Dependente do Comércio Marítimo e do Mundo Continental Euroasiático. Nessa perspectiva, as influências de dois blocos se chocavam, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, considerados pelo autor como cinturas fragmentadas, as quais tinham papel fundamental na disputa do poder mundial. Nesse sentido, “O destino político e estratégico das cinturas fragmentadas é de interesse vital para o Mundo Marítimo Dependente do Comércio” (CORREIA, 2012, p. 234).

As teorias apresentadas são fundamentais para a compreensão do debate sobre as bases teóricas e metodológicas do pensamento geopolítico clássico. No entanto, Correia (2012) faz um alerta para a confusão teórica entre a Geopolítica e a Geoestratégia, esta recorrente na Geopolítica Clássica. Para ele, a Geopolítica consiste no: “Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o

conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política”. Já a Geoestratégia, consiste no “Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica”:

Há, de facto, uma grande semelhança, mas distinguem-se nos dois elementos de análise essenciais: nos modelos que servem – dinâmica de poder para a geopolítica, avaliação e emprego de formas de coação para a geoestratégia – e nos objetivos que visam – atividade política para a geopolítica, atividade estratégica para a geoestratégia (CORREIA, 2012, p. 234).

Essa confusão pode ser explicada pela característica expansionista da geopolítica clássica, a qual priorizou os estudos de estratégias de conquista e de defesa frente ao embate colonial. Essa perspectiva, como já afirmado, colocou em destaque a vertente teórica de combate e disputa territorial entre Estados, afastando-se do debate original da geopolítica - que relacionava o conhecimento do território, a ação do Estado e a elaboração de políticas de gestão do território.

A geopolítica foi “Uma vítima da guerra; ela tem sido usada e maltratada por estrategas e expansionistas de todos os matizes” (CORREIA, 2012, p. 240), pois a geopolítica pagou o preço e foi confundida com a geoestratégia e, dessa forma, acabou se tornando sinônimo dos conflitos e do “Estado totalitário (Itália, Alemanha, URSS)”, como aponta Raffestin (1993).

No constructo do debate teórico e metodológico da geopolítica, Correia (2012) aponta que na atualidade a palavra geopolítica consiste em jargão para identificar tudo que tenha cunho político. Parafraseando o autor, “entrou na moda” e, dessa maneira, perdeu seu sentido original e sua própria identidade, ocasionando uma derivação semântica da geopolítica. Portanto, o significado da palavra geopolítica se descaracterizou, sendo que essa descaracterização ocorre em quatro frentes:

- A primeira está associada a relações internacionais, às alianças, aos alinhamentos e parcerias, numa correlação de forças e do jogo diplomático entre Estados;

- A segunda derivação do sentido de geopolítica se aproxima do domínio da geografia política: a repartição geográfica do poder, a representação cartográfica, o traçado das fronteiras e outros;
- A terceira se apresenta como a apropriação para qualificar a grande política, sendo a opção das grandes potências que dominam o cenário internacional e os centros de decisões. Assim, a terra é vista não como elemento da natureza, mas como uma dimensão planetária em que se exerce um domínio;
- A quarta e última tendência está ligada aos meios de coação violentos, às crises, ameaças e conflitos dentro do Estado ou entre Estados. Essa segue no campo e é matéria específica da geoestratégia (CORREIA, 2012).

Entretanto, ao contrário de Correia (2012), nesta pesquisa, a ideia de perda de originalidade não é considerada. Entende-se que a derivação semântica do termo geopolítica está inserida no contexto de uma formação paradigmática da nova geopolítica, que suporta e dá vazão à complexa e diversificada realidade atual. Nesse sentido, essa derivação é resultado do desenvolvimento epistemológico da geopolítica como campo científico, o que é comum a todos os outros.

A vertente da nova geopolítica se distânciava das proposições da *geopolitik*, que estava atrelada ao Estado totalitário e às conquistas territoriais imperialistas. Na verdade, se apresenta com outra proposta, antagônica à Geopolítica Clássica, em uma perspectiva humanitária, já evidenciada por Josué de Castro, que dá o direito de renovação, como assevera o próprio Correia ao conferir que essa vertente “Se apresenta mais democrática, propondo que a gestão do espaço caminhe em direção a promoção da paz. Essa vertente é considerada como uma geopolítica humanizada ou *geopacificas*” (CORREIA, 2012, p. 243).

Ainda segundo Correia (2012), no que lhe concerne, a nova geopolítica se desenvolve em quatro dimensões, que são:

- A primeira dimensão é a ecopolítica, aplicada ao espaço físico-geográfico, segundo a qual o poder político deve ser colocado a serviço da geografia física, da preservação do ambiente e do equilíbrio da biodiversidade, logo, uma verdadeira política da Terra;

- A segunda é a demopolítica, orientada para as populações, ou seja, o poder exercido em proveito da geografia humana, dos seus problemas mais prementes, resultantes da explosão demográfica, dos fluxos migratórios e da gestão das minorias;
- A terceira é a geoeconomia, isto é, o poder a serviço da geografia econômica, da gestão dos recursos naturais – com a salvaguarda e garantia de renovação desses, e do aproveitamento e justa distribuição dos mesmos a nível local, regional e planetário. Ou seja, essa dimensão está ligada a uma política que concilie a qualidade de vida e a capacidade de carga da Terra, conforme foi equacionado no relatório Cuidar o Futuro (Comissão Independente População e Qualidade de Vida, 1998);
- A quarta é a biopolítica, dimensão transversal que se cruza com as três primeiras e compreende o poder a serviço da segurança humana, deixando de ser um poder que se dispõe da vida das populações e passa a ser um poder disponível para a vida das populações; nesta dimensão, a segurança dos Estados passa pela segurança dos cidadãos. Tais temas correm o risco de soar como demagógicos, mas, sobre os quais pensadores ilustres, como Michel Foucault (2010), Roberto Esposito (2010), e Mark Duffield e Nicholas Waddell (2004), ensaiam reflexões muito consistentes (CORREIA 2012, p. 243-244).

Por fim, sobre a nova geopolítica, Correia defende que:

Esta derivação semântica abre caminho ao surgimento de uma nova forma de encarar a geopolítica que respeite os seus fundamentos conceptuais, enquanto disciplina que assenta na combinação da geografia e da política, mas invertendo a interação mútua destes elementos, passando-se de uma geografia como instrumento em benefício da política, a uma política como instrumento colocado ao serviço da geografia (CORREIA, 2012, p. 245).

Seguindo essa perspectiva, entende-se que o paradigma da nova geopolítica possibilitou a interação com uma pluralidade teórico-metodológica, direcionando essa ciência para uma leitura plural da realidade. Destarte, com esta nova abordagem, há a possibilidade de corrigir distorções que foram criadas com a geopolítica clássica e seu atrelamento com a geoestratégia, que, por sua vez, aportava na concepção enviesada de geopolítica como sinônimo de conflitos entre estados. O objetivo atual é apresentar a nova geopolítica como uma geopolítica da paz e entender que a geopolítica não é exclusiva do Estado, podendo ser vista

como ferramenta dos movimentos sociais em uma lógica marxista, na qual se evidenciam estratégias para reprodução social das classes e pela luta por direitos.

Ante o exposto, é nessa corrente que se aporta esta pesquisa, vislumbrando o entendimento das relações de classes na dinâmica territorial de Goiás e evidenciando as contraditórias estratégias de territorialização do agronegócio e da Agroecologia. Assim, o marxismo tem papel fundamental para o entendimento das classes sociais em uma ótica geopolítica, evidenciando estratégias para reprodução social das classes e pela luta de suas territorialidades. Aqui, está em pauta o que Dutra Salgado (2016, p. 190) considera como uma redefinição da geopolítica: “Não mais como resultado de relações sociais mediadas por estruturas políticas”, mas por meio de suas “Estratégias de espacialização e estratégias de reprodução de classe” (2016, p. 195).

A relação entre campesinato, comunidades tradicionais, indígenas, dentre outros e Agroecologia é imprescindível nesta análise, tendo em vista a produção de estratégias para reprodução social. Na essência dessa relação, estão presentes territorialidades próprias que ao longo de suas práticas reproduzem seus territórios no enfrentamento ao agronegócio. Essa condição apresenta conexão com as lutas de classe, como nas ocupações de terra, nos acampamentos de lona preta e em várias outras manifestações da coletividade camponesa, assim como, suporta o que nesta pesquisa é defendido como geopolítica camponesa (SILVA, 2018).

Feita esta discussão, faz-se necessário uma análise das categorias e conceitos que direcionam a um raciocínio coerente sobre o proposto desta pesquisa. Para isso, foram eleitas as categorias Estado, movimentos sociais, território e poder, entendendo que estas, a partir de uma leitura integrada, possam, teórico e metodologicamente, suportar a compreensão da realidade conflituosa entre a Agroecologia e o agronegócio em Goiás.

1.3 Estado, movimentos sociais, território e poder

Ao propor uma leitura integrada entre Estado, movimentos sociais, território e poder, este estudo está consciente da diversificada construção teórica e metodológica dessas categorias, por isso, optou-se por uma análise em que as teorias dialoguem de acordo com os pressupostos da pesquisa. Entende-se que fazer uma discussão ontológica e epistemológica de

cada categoria, embora importante, não seja necessária para o momento, mesmo porque, estão disponíveis uma miríade de obras que discutem com muita clareza tal questão.

Parte-se, então, do pressuposto que o Estado é representante do poder institucional, o qual, na perspectiva de Raffestin (1993), dispõe de um poder regulatório por meio de sua materialidade e seus aparelhos institucionais. No sistema capitalista de produção, esse poder favorece a elite econômica, que, no caso desta pesquisa, são os sujeitos ligados ao agronegócio. Por isso, defende-se a ideia de Estado como representante de classe. No entanto, ainda de acordo com Raffestin (1993), entende-se que o poder não é apenas estatal, mas, também, uma produção social. Nesse sentido, atenta-se para o poder pela coletividade, que age por um determinado objetivo em comum acordo, logo, o poder não é apenas de um indivíduo, mas sim, de um grupo (ARENDR, 1985).

Boito Jr. (2007) considera que a centralidade do Estado é o poder institucional, por isso, o Estado exerce seu poder pela via de uma estrutura jurídico e política, a qual estabelece um sistema regulatório, dirigido pelas legislações, normas e outros meios que possibilitam a aplicação de controle da sociedade. O Estado também ostenta em seu “Exercício do poder o proibir, interditar e reprimir” (BOITO JR., 2007, p. 23).

Utilizando seus aparelhos, o Estado age de forma ideológica ou repressiva quando necessário. O uso repressivo, por exemplo no campo brasileiro, ocorre nos momentos críticos, como em lutas sociais, como é o caso dos movimentos de trabalhadores para acesso à terra. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2019, os conflitos no campo aumentaram 54,5% entre 2010 e 2019.

Ainda mais preocupante é o aumento entre 2018 e 2019, que foi de 23,1%. Dados apresentados pela CPT indicam que cerca de 859 mil pessoas estiveram envolvidas no total dos conflitos de 2019, 53,7% a mais que em 2010. “É o maior número [de conflitos] desde que publicamos o caderno [desde 1985]. Foram mais de 100 mil famílias atingidas apenas nos estados da Amazônia Legal, em 2019. Dessas, mais de 6 mil foram expulsas ou despejadas de suas terras” (CPT, 2019, p. 7).

Referente ao poder ideológico, Mendonça (2004) afirma que este se apresenta de forma molecular e pouco visível, mas está presente em todas as estruturas e cria entre as classes sociais uma igualdade formal. Essa condição se apresenta no campo brasileiro pela via da relação entre Estado e trabalhadores, que é sempre repressiva e ideologicamente defensora do agronegócio.

Para Poulantzas (1980, p. 157), é preciso:

Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros.

A afirmação de Poulantzas permite compreender que o Estado, na sua condição de poder, é o veículo direcionador de projetos econômicos no território. Nessa perspectiva, o Estado é entendido como o ente viabilizador das estratégias de expansão capitalista pelo território brasileiro e, conseqüentemente, do agronegócio. Essa então é sua face geopolítica. No caso, a condição geopolítica do Estado revela o que Lefebvre (2001) considera como “Estado representante de classe”, pois estabelece uma relação de forças desproporcionais entre o agronegócio e as comunidades tradicionais, no caso de Goiás, as do Cerrado. Nessa condição, todos os aparelhos do Estado priorizam o grande capital, que comanda o circuito financeiro internacional.

Portanto, é uma incoerência negar o poder institucional do Estado capitalista, que regula as estruturas sociais e a sociedade como um todo. Mas, o exercício do poder não é monolítico e exercido somente pelo Estado, como defendido por Ratzel e seus discípulos. Em uma crítica contundente ao pensamento de Ratzel, Raffestin (1993) apresenta o “Poder” com letra maiúscula e o “poder” com letra minúscula. Por conseguinte, o primeiro representa a soberania do Estado, que domina e se manifesta por meio da materialidade e de seus aparelhos, controlando a população e os recursos do território. “É o Poder visível, maciço, identificável” (p. 15). O poder como expõe o próprio autor:

[...] está em todo lugar; não se englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Portanto, seria inútil procurar o poder na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis (RAFFESTIN, 1993 p. 15-16).

Ainda de acordo com Raffestin (1993), o poder é definido por uma combinação entre *energia* e *informação*, assim, existe um poder que possui uma maior utilização de energia e outros que detêm forte carga de informação, resultando em uma combinação variável e compreendendo-se que ambas são necessárias: “A energia pode ser transformada em

informação, portanto em saber; a informação pode permitir a liberação da energia, portanto de força. O poder também é, nessas condições, um lugar de transmutação” (p. 18). Nessa concepção, Raffestin (1993), ao se questionar sobre o que fundamenta o poder, chega ao entendimento que este se enraizaria no trabalho. Nesse lume, o trabalho não pode ser compreendido como energia informada, mas sim, como uma força que é orientada e dirigida pelo saber, portanto, a própria transformação da natureza é dirigida por um interesse, que seja capitalista ou não, mas com intencionalidade, pois todo trabalho que exista é uma forma de poder.

De tal modo, a população se apresenta na origem do poder, por exercer a capacidade do trabalho e da transformação, utilizando a *energia e informação*. Assim, o poder na perspectiva de Raffestin (1993, p. 20) “Visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” e, baseado em trunfos de poder (população, território e recursos), são intencionados os interesses de ocupação ou de expansões territoriais.

A filósofa Hannah Arendt (1983; 1985) destaca que o poder não é uma coisa, não é algo palpável, não é um instrumento que possa ser mantido, armazenado e utilizado somente em momentos de emergência. Além disso, ela deixa clara a diferença entre poder, vigor, força, autoridade e violência:

O poder é sempre, como diríamos, hoje um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (...), desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDDT, 1985, p. 23).

Acompanhando o raciocínio de Arendt, Souza (2013) afirma que a “Característica essencial do poder, não é a coerção e muito menos a repressão violenta, mas sim, um certo grau de entendimento mútuo, fonte de verdadeira legitimidade do seu exercício” (SOUZA, 2013, p. 82). Esse poder não é uma coisa, algo mensurável e imutável. Nesse sentido, o território também não é uma coisa, mas sim, um campo de forças, que está em constante construção, e “Forma-se e dissolve-se, constitui-se e dissipa-se de modo relativamente rápido (ao invés de

uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias)” (SOUZA, 1995, p. 87).

Para Silva (2014, p. 30), referendando Raffestin (1993), esse processo de construção territorial é conceituado como TDR, que significa “territorialização/desterritorialização/reterritorialização”. Essa designação parte de sua análise sobre os conflitos e disputas no território goiano, entre os camponeses e trabalhadores da terra contra o agronegócio, que não cessam e, por isso, são constantes. Esse raciocínio leva à compreensão de que em todo momento ocorrem desterritorializações camponesas forçadas pelo agronegócio, assim como, ocorre territorialização e reterritorialização, em razão de suas novas conquistas.

Seguindo essa perspectiva, Oliveira (1995) compreende que o território consiste em uma unidade dialética espacial que as classes criam, num processo de construção, de destruição, de manutenção e de transformação do espaço. Nesse sentido, de acordo como Oliveira:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É, pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] o território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1995, pp. 26-7).

Nesse contexto, considerando a citação de Oliveira, além do movimento e da contradição outros elementos são enfatizados na composição de entendimento do território, como é o caso da totalidade do modo de produção capitalista e do Estado como regulador. Nesse sentido, os conflitos que ocorrem em Goiás entre os camponeses, trabalhadores da terra³ e o agronegócio se constituem em um “cabo de guerra” desproporcional, pois o agronegócio é a legítima representação das articulações e mediações supraestruturais do capital, apoiada pelo Estado regulador e representante de classe. Os camponeses, por sua vez, são movidos pelos movimentos sociais, os quais são perseguidos por esse Estado “mediador”.

³ Os camponeses ocupam, acampam, manifestam e expressam desacordo com a organização do espaço construído. Erguem-se contra as cercas do latifúndio, da monocultura, disputam nova organização do espaço, que implicam destruição da organização espacial do agronegócio (SILVA, 2018, p. 284).

Souza (2013) apresenta, como mencionado anteriormente, a ideia de território como um campo de forças, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e o que define o território em primeiro lugar é o poder (SOUZA, 2013). Esse entendimento parte de uma crítica ao conceito de território elaborado por Ratzel (1988), que o entendia como área de domínio ou controle de um determinado Estado e concebido como extensão de terra, acarretando, dessa maneira, um entendimento de território nacional. Para Souza (1995), o território “Não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado” (SOUZA, 1995, p. 81).

Aqui, destaca-se que esta pesquisa corrobora com o pensamento de Souza, por isso, quando se refere ao território goiano, evidencia-se não os limites e contornos das fronteiras do Estado de Goiás, muito menos, a sua localização no Centro-Oeste brasileiro, mas refere-se ao território como construção social, em que estão presentes os conflitos, os encontros e as (re)existências que compõem a luta de classe. O território é então entendido como *campo de força*, resultante do embate entre os camponeses e o agronegócio em Goiás. Nesse sentido, o elemento central do território, de fato, é o poder e o perfil do conceito é a “Dimensão política das relações sociais” (SOUZA, p. 88).

Reafirma-se que, percebendo o território como um campo de forças, entende-se também que ocorrem resistências e mobilizações por parte de camponeses e trabalhadores da terra, reiterando a força dos movimentos sociais no campo. Nessa perspectiva, a análise da materialidade desta disputa revela a dimensão da luta de classe no campo em Goiás e a imponência dos movimentos sociais, como é o caso do MST, na cisão com o sistema capitalista.

Por fim, fica evidente nas aproximações que foram apresentadas ao longo deste texto que o território se exerce como um campo de forças e produz “Relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SILVA 2014, p. 35), sendo que o poder parte de uma coletividade que busca um determinado objetivo de comum acordo. Dessa forma, entende-se que há atores além do Estado - os camponeses e os trabalhadores da terra são sujeitos sociais que, organizados nos movimentos sociais, produzem suas territorialidades e possuem poder capaz de lutar e negar o interesse classista do Estado e as mazelas produzidas pelo agronegócio.

Tal condição ainda permite entender que o avanço do agronegócio no território goiano é capitaneado pelo Estado, no exercício do poder institucional. Por outro lado, a organização camponesa, na sua luta constante contra o agronegócio em Goiás, é dotada do

poder coletivo, que o exerce pela via dos movimentos sociais no campo, por isso, uma construção social. Nesse sentido, a análise da realidade do campo no território goiano passa pelo entendimento do conflito de classe, portanto, do conflito de poderes. É, então, o desvelar do conflito de poderes e o poder do conflito entre Agroecologia e movimentos sociais versus o agronegócio em Goiás.

1. 4 Agroecologia: uma conceituação

Após discussão das categorias que orientam esta pesquisa, entende-se ser necessária uma argumentação sobre o conceito de Agroecologia, tendo em vista a complexidade teórica e metodológica que acompanha esse termo. Aqui, também é feita uma análise que direciona teórica e metodologicamente a Agroecologia defendida por este estudo.

A Agroecologia surge atrelada à ecologia aplicada na agricultura, ainda em 1930, com o objetivo de estudar e entender o funcionamento dos agroecossistemas. Todavia, somente em 1980, que o termo se popularizou, defendendo que a Revolução Verde tinha fracassado na proposta de acabar com fome no mundo e, então, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável se popularizaram como alternativa para essa proposta.

A Agroecologia apresenta duas vertentes: a americana, liderada por Miguel Altieri e Stephen Gliessman; e a europeia, que está ligada a um viés sociológico e surgiu, também na década de 80, na Espanha, tendo como principais expoentes Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina.

No Brasil, segundo Guhur e Toná, (2012), o termo só foi utilizado em 1989, com a publicação do livro *“Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”*, de Miguel Altieri (1989). Entretanto, já haviam pesquisadores preocupados com os impactos causados pelo agronegócio, o uso de agrotóxicos e tecnologias importadas e aplicadas no Brasil. Entre os principais expoentes desse movimento estavam José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado.

Ao se referir ao termo Agroecologia, Altieri (1998) o designa como um estilo de agricultura, ou seja, um processo produtivo que tem como critérios não somente uma “Produção crescente, mas também propriedades como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade” (ALTIERI 1998, p. 42). Portanto, a

Agroecologia promove alimentação saudável, justiça social, comércio justo e respeito à natureza, contrariando o modelo destrutivo de produção do agronegócio.

A Agroecologia, dessa forma, se torna viável, visto que o agronegócio exige grandes áreas e tem um enorme consumo de recursos naturais, demandando cautela com a utilização de recursos limitados. Assim, a Agroecologia se apresenta “Como ciência que apresenta princípios, conceitos e metodologias para construir uma agricultura sustentável” (PALUDO, COSTABEBER, 2012, p. 65).

Seguindo essa perspectiva, Caporal (2009) afirma que:

A partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade sócio-ambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas (CAPORAL, 2009, p. 2).

Em consonância com o supracitado, a Agroecologia propõe uma reorientação sobre o modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio, alterando as práticas da agricultura convencional por práticas menos ofensivas à natureza e, nesse caminho, uma transição para agriculturas mais sustentáveis, buscando uma maior sustentabilidade para os agroecossistemas.

Ao se referir ao agroecossistema, aporta-se em Altieri (1989), que o considera ser uma unidade fundamental de análise que defende uma produção no todo integrado, e não só a maximização da produção de uma propriedade. Portanto, o agroecossistema é trabalhado em uma dimensão ecológica e técnico-agronômica dentro da Agroecologia: “Por ello, la Agroecología, adopta el agroecosistema como unidad de análisis que nos permite aplicar los conceptos y principios que aporta la Ecología para el diseño de sistemas sustentables de producción de alimentos” (SEVILLA GUZMÁN, OTTMANN, 2004, p. 15).

Seguindo essa perspectiva, entende-se que exista a necessidade de abordagem política da Agroecologia, a qual Molina (2011) percebe como um problema ao destacar a desvinculação dos agroecologistas com a política e com os movimentos sociais ligados a ela. Nesse sentido, defende-se a perspectiva de Sevilla Guzmán e Graciela Ottmann, que definem como “Elementos centrales de la Agroecología agrupados en tres dimensiones: (a) una primera ecológica y técnico-agronómica; (b) en segundo lugar, una dimensión socioeconómica o de desarrollo local y; (c) por último, una dimensión sociocultural y política” (2004, p. 13-14).

A Figura 1 é um organograma referente ao defendido pelos estudiosos mencionados.

Figura 1: Elementos centrais da Agroecologia com base nas proposições de Sevilla Guzmán e Graciela Ottmann (2004)



Referência: MOURA, Filipe Borba. 2019.

Dessa forma, essas três dimensões não se apresentam de forma isolada. Na verdade, como defende Caporal (2009), estão intimamente relacionadas em uma complexidade que necessita uma análise e um pensar complexo. Nesse sentido, destaca-se a definição de Sevilla Guzmán e Soler Montiel (2009) ao afirmarem que “A agroecología es, simultáneamente, un enfoque científico para el análisis y evaluación de los agroecosistemas y sistemas alimentarios y una propuesta para la praxis técnico-productiva y sociopolítica en torno al manejo ecológico de los recursos naturales” (2009, p. 35).

Ademais, segundo a perspectiva sociológica da Agroecologia proposta pela vertente europeia e liderada por Sevilla Guzmán, a respeito dos elementos centrais da Agroecologia, o campo da agroecologia técnico-agronômica não consegue responder a dinâmica real do sistema agrário, tendo em vista que não possui preocupações com a questão social e ambiental. Para Sevilla Guzmán (2005):

Essa dimensão restrita – que está conseguindo bastante espaço no mundo da pesquisa e do ensino como um saber essencialmente acadêmico – carece totalmente de compromissos socioambientais. Nessa maneira de entender a agroecologia, as variáveis sociais funcionam para compreender a dimensão entrópica da deterioração dos recursos naturais nos sistemas agrários (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 103).

Evidencia-se então a importância de compreender a Agroecologia em sua complexidade e colocar em destaque a questão sociológica, pois analisa-la apenas por uma característica técnico-agronômica não a diferencia da agronomia convencional e não prevê nada, constituindo, assim, uma “Agroecologia fraca”. Em sentido amplo, são necessários outros níveis de análise, como a “Matriz comunitária e matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 104).

Logo, o autor entende a Agroecologia como:

El manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas, desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 1).

Nesse contexto, Sevilla Guzmán amplia a projeção da Agroecologia, pois além de entender o papel político, a apresenta como a forma de combater e enfrentar o neoliberalismo e, conseqüentemente, o agronegócio e fazer frente à deterioração ecológica e social. Assim, fora a perspectiva agrônômica, a questão social e política ocupa papel relevante na análise.

Seguindo essa perspectiva, Guhur e Toná (2012) chegam a conclusão que:

A agroecologia não é apenas um corpo de conhecimentos úteis, passíveis de serem aplicados, mas se configura como prática social, ação de “manejo” da complexidade dos agroecossistemas particulares, inseridos em múltiplas relações naturais e sociais, relações que eles determinam e pelas quais são determinados (GUHUR, TONÁ, 2012, p. 64-65).

Destarte, entende-se a Agroecologia como uma forma viável de enfrentamento ao agronegócio, pois concilia práticas sociais e matrizes comunitárias; técnicas agrônômicas; desenvolvimento local; posicionamento político; luta por território; e combate à expansão

capitalista e à exploração do trabalho, incluindo, por conseguinte, a defesa à vida, visto que a Agroecologia promove a alimentação saudável, a justiça social, o comércio justo e o respeito à natureza. Ademais, “A agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional” (Via Campesina e MST, 2009).

SEÇÃO 2
ESTADO E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO EM GOIÁS

É possível encadear uma síntese das intenções políticas que perpassam todas as políticas territoriais dos anos 30 até nossos dias, nos diversos padrões territoriais constituídos nesse interim: Da política do Estado Novo, passando por 50 com o desenvolvimentismo de JK; de 60 a 80 com o desenvolvimentismo graduando-se com a denominada abertura da fronteira para capital estrangeiro refuncionalizando partes antes destinadas a atividades econômicas desintegradas, e apresentando o milagre econômico como salvação do que se referia como uma economia dependente; e de 90 aos nossos dias atuais, com a caracterização com do modelo de modernização da agricultura, mediante consolidação do parque industrial brasileiro, do novo sistema de comunicação, aparatados pela transição democrática e servindo a internacionalização do neoliberalismo, percebe-se o esforço do estado brasileiro, sustentados por pactos entre elites, às vezes internacional, as vezes, dessa com a internacional, utilizar o território brasileiro para incorporar o país a uma dinâmica internacional.

CHAVEIRO, 2004, p. 137.

A epígrafe de Chaveiro atenta para o importante papel do Estado na orientação do desenvolvimento capitalista no território brasileiro, evidenciando sua histórica interferência na adaptação do território nacional para o avanço do capital. Seguindo a perspectiva do autor, foi feita uma análise da atuação do Estado para esse avanço no território goiano, tendo como centralidade o agronegócio. Na segunda parte desta seção, foi feita uma discussão sobre a atuação do Estado pela via de políticas públicas direcionadas à agroecologia. Como síntese desta seção, constatou-se que, considerando o volume de políticas e investimentos, o Estado brasileiro beneficiou claramente a expansão do agronegócio em Goiás, não sendo o mesmo evidenciado no beneficiamento ao setor agroecológico.

2.1 Geopolítica capitalista e a expansão do agronegócio em Goiás

O agronegócio ocupa uma área mundial de 1,87 bilhão de hectares, segundo dados da NASA, apresentados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No Brasil, chegou a uma área ocupada, no ano de 2017, de 63.994.479 hectares - cerca de 7,6% do território nacional. O país destaca-se entre os cinco maiores produtores mundiais em quantidade de hectares plantados, sendo o quarto maior produtor de grãos (arroz, cevada, soja, milho e trigo) do mundo, atrás apenas da China, Estados Unidos e Índia, sendo responsável por 7,8% da produção mundial.

Um estudo elaborado pela Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (Sire) da Embrapa, sobre as exportações do Brasil nas últimas duas décadas, revela que o país ganhou posições importantes no mercado internacional, tanto na produção quanto na exportação agropecuária - intitulada “O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a

2020”, a pesquisa aponta que o país, em 2020, produziu 239 milhões e exportou 123 milhões de toneladas de grãos.

Outro estudo que vale ser destacado, também apresentado pela EMBRAPA, é que, segundo a NASA, há países à frente do Brasil que utilizam cerca de 20% e 30% de sua área com a agricultura. Segundo (LIMA, 2017, p. 1) “Os países da União Europeia usam entre 45% e 65%; os Estados Unidos, 18,3%; a China, 17,7%; e a Índia, 60,5%”.

Para compreender melhor este processo de destaque do Brasil diante do cenário mundial, de um dos maiores produtores de grãos do mundo, é importante compreender todo um processo da modernização da agricultura, a qual levou o governo a instituir políticas específicas para aumentar a produção e a produtividade agrícola, incluindo investimentos públicos em pesquisa, desenvolvimento, extensão rural e crédito farto.

Essas transformações no campo brasileiro se intensificaram na década de 1970, com a expansão da industrialização, com o incentivo do Estado e com a instalação de polos industriais que estimularam a produção nacional, a partir de investimentos externos, diversificando a economia e culminando no denominado milagre econômico brasileiro. Foi nessa década que houve forte avanço das fronteiras agrícolas, com a consequente incorporação ao processo produtivo mundial de novos territórios, o que garantiu a territorialização do capital industrial e financeiro, principalmente nas áreas de Cerrado, no Centro-Oeste brasileiro.

A aceleração industrial e a modernização da economia influenciaram as atividades agrárias através da implantação, no país, do setor industrial voltado para a agricultura, passando de uma agricultura tradicional para uma agricultura mecanizada.

Diante disso, é necessário dizer que, em nível nacional, a expansão da fronteira agrícola para o interior do país contribuiu de maneira significativa para a ocorrência de conflitos e disputas pelo direito à terra. Nos dias atuais, as regiões brasileiras com maiores incidências de conflitos são o Nordeste e o Norte. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em entrevista publicada no site da Agência Brasil, no ano de 2019, ocorreram 1.833 conflitos.

As causas para a ocorrência dos conflitos abrangem, de modo expressivo, também a área da Amazônia Legal, sendo gerados pelos grandes latifundiários, por invasão das áreas indígenas, abertura de novas pastagens para a criação de gado e áreas de mineração. Fato é que, desde 1960, quando ocorreu o processo de industrialização da agricultura nacional, o germen dos conflitos se instalou.

2.2 Estado e agronegócio em Goiás

No Brasil, a condição de Estado representante de classe perpassa pela formação territorial brasileira, do período colonial aos dias atuais. Moraes (2005) considera que essa é a essência do Estado capitalista, que esteve presente desde a chegada dos portugueses, os quais estabeleceram uma relação “Estado Hegemônico x Estado Periférico”, na qual o segundo é preparado de acordo com interesses do primeiro. Essa lógica, com estratégias diferentes e relevantes a cada conjuntura, direcionou a formação do território brasileiro ao longo de sua história. O Estado, então, cumpriu sua função de viabilizador das estratégias capitalistas para sua expansão no Brasil. Em vários momentos as estratégias foram adequadas, no entanto, com o único objetivo de perpetuar a hegemonia do modo de produção capitalista, situação considerada por Poulantzas (1980):

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto circuitar suas organizações políticas específicas (POULANTZAS, 1980, p. 161).

A expansão do agronegócio pelo território goiano obedece esta lógica geopolítica de readequação estratégica. O Golpe Militar de 1964 foi simbólico no que tange ao supracitado, pois significou uma reorientação do Estado rumo ao projeto de expansão do agronegócio no Brasil, em um momento que as políticas territoriais apontavam para um projeto de reforma agrária no país, sob o comando do presidente João Goulart. Segundo Gonçalves Neto (1997), o Golpe de 1964 significou, pela via antidemocrática e violenta, uma retomada ao controle do Estado do capital internacional, que tinha no agronegócio a condição de grande lucratividade, ou seja, de “acumulação por espoliação”, como é definida por Harvey (2014).

Durante o chamado “Milagre Econômico” brasileiro, ocorrido entre os anos de 1964 e 1985, no Regime da Ditadura Militar, a modernização da agricultura ganhou de modo enfático o apoio e investimentos em massa por parte do Estado. O relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” (FIAN INTERNATIONAL, 2018) aborda que:

Isso levou à criação de grandes empresas do agronegócio, que produzem *commodities* para a exportação (atualmente, os principais produtos são: soja, milho, algodão e suco

concentrado de laranja), seguindo o modelo da chamada Revolução Verde, que se baseia profundamente no uso de insumos químicos e na mecanização da agricultura, o que exige grandes quantias de dinheiro (FIAN INTERNATIONAL, 2018, p. 25).

O que fica evidente é que o Golpe de 1964 direcionou para uma intensificação da intervenção do Estado na economia brasileira, principalmente, no que concerne à implementação do modelo produtivo do agronegócio, com o desenvolvimento de políticas que viabilizaram a modernização do campo, pela via do pacote tecnológico - idealizado como Revolução Verde. O território goiano passou, então, a ser o lócus da modernização do território brasileiro e, portanto, o mote principal da intervenção do Estado.

Essa aceleração industrial e a modernização da economia passaram a influenciar as atividades agrárias por meio da implantação de um setor industrial voltado para a agricultura, passando de uma agricultura tradicional para uma agricultura mecanizada. Esse processo de desenvolvimento agrícola que o Brasil viveu foi impulsionado pelo pacote tecnológico estadunidense chamado “Revolução Verde”, um programa de desenvolvimento do capitalismo na agropecuária através da invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas, que permitiram um vasto aumento na produção e na produtividade agrícola. O modelo se baseava na intensiva utilização de sementes melhoradas, insumos industriais, mecanização e diminuição do custo de manejo, ou seja, é creditado à Revolução Verde o uso intensivo de tecnologia no campo.

A Revolução Verde provocou efeitos diversos no campo, relacionados a questões sociais, econômicas e ambientais. Economicamente, as dívidas contraídas pelos empresários rurais para o cultivo das lavouras são um exemplo: com a mecanização das técnicas e insumos agrícolas, surge a dependência dos empresários por esta, o que garante lucro - principalmente para as empresas de insumos e implementos agrícolas. As grandes indústrias transnacionais, sejam elas do ramo alimentício, de insumos agrícolas e/ou de biotecnologia, entre outras, impuseram ao mundo um novo modelo tecnológico, controlando, de tal modo, mais da metade dos mercados mundiais.

Assim, pode-se considerar que o modelo agrícola implantado no Brasil promoveu a expansão da produção e da produtividade agrícola, estimulando a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos e dos recursos naturais. A modernização conservadora tentou desqualificar as formas de produção dos trabalhadores, mostrando que para a agricultura ser

altamente produtiva, competitiva e dinâmica, tinha que ser baseada em grandes propriedades, altamente mecanizadas.

No bojo da modernização do campo no Brasil e em Goiás, várias políticas marcaram a forte intervenção do Estado, tais como:

- Em 1965, foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural).
- Em 1970, foi criado o PCI (Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados).
- Em 1972, foi criada a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).
- Em 1974, foi criada a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).
- Em 1974, foi criado o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado).
- Em 1975, foi criado o CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado).
- Em 1978, foi criado o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados).

Todos esses programas evidenciam a cumplicidade que o Estado, pela via dos governos militares, possuía com o agronegócio, que só funcionou e continua funcionando com o apoio do Estado e de seus aparelhos, o qual cria políticas públicas de desenvolvimento, subsídios, financiamentos vultosos, condições de pagamento, prazos de amortização, juros inferiores à inflação e sem correção montaria, entre outros.

Destaca-se ainda a obrigação do governo militar e subsequentes em efetuar as obras de infraestrutura nos portos, rodovias, armazéns, barragens e redes de transmissão de energia elétrica para que o agronegócio se territorializasse em Goiás (IBASE, 1986). Realidade que pôde ser vista no contexto do neodesenvolvimentismo⁴ e, principalmente, nos governos do Partido dos Trabalhadores, que tiveram no agronegócio um suporte político e econômico que os manteve no poder. Portanto, pode-se afirmar que, a partir de 1964 até aos dias atuais, o Estado brasileiro sempre esteve atrelado aos interesses do agronegócio no Brasil. Evidentemente, após o golpe de 2016, esse envolvimento é sem precedentes.

⁴ Consiste, portanto, em conciliar os aspectos "positivos" do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012).

Então, partindo do pressuposto da cumplicidade do Estado com o agronegócio, compreende-se que o Estado, como entidade e corpo político, negligencia as mazelas socioambientais causadas no território goiano pela expansão do agronegócio. Nas palavras de Harvey (2014), há uma ação destruidora do capital, levando ao crescimento da pobreza, da violência, do ataque às comunidades tradicionais (indígenas, camponeses, quilombolas), da degradação ambiental, dentre outros.

O Estado se apresenta dessa forma “Como o lugar da organização estratégica da classe dominante em suas relações com as classes dominadas” (POULANTZAS, 1980, p. 169). No Brasil, a classe dominante tem suas raízes no período colonial e sempre esteve presente no corpo do Estado, através dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário - por exemplo, a “Bancada Ruralista” presente no Congresso para defender os interesses do agronegócio. Assim, Steinberger (2013, p. 52) “constata que nessa minoria estão os donos do poder, enquanto na maioria estão os excluídos e os despolitizados”.

De fato, o Estado é um canalizador do poder de uma pequena minoria que detém a produção de políticas públicas para a expansão capitalista no território brasileiro, existindo, dessa forma, uma “inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território”⁵. Evidencia-se também a associação que o Estado possui com as relações de produção e divisão social do trabalho. Tais relações permitem que o agronegócio disponha do poder político para controlar a relação de produção e trabalho, em contra partida, os que não possuem o poder e os despolitizados, no caso os trabalhadores/camponeses, são separados dos seus meios de produção, ocorrendo a relação de posse no processo de trabalho, como afirma Poulantzas (1980), ao enfatizar sobre a materialidade que o Estado possui:

Esta materialidade baseia-se na separação relativa do Estado e das relações de produção sob o capitalismo. O fundamento desta separação, princípio organizador das instituições próprias do Estado capitalista e de seus aparelhos (justiça, exército, administração, política, etc.), de seu centralismo, de sua burocracia, de suas instituições representativas (sufrágio universal, parlamento, etc.), de seu sistema jurídico, consiste na especificidade das reações de produção capitalistas e na divisão social do trabalho a que induzem: separação radical do trabalhador direto de seus meios e objeto do trabalho, na relação de posse no próprio processo de trabalho (POULANTZAS, 1980, p. 56).

⁵ Steinberger, 2013.

Por fim, o Estado representa um aparelho ideológico e repressivo, agindo com cumplicidade ao agronegócio ao disponibilizar seus aparelhos para legitimação da expansão capitalista em Goiás, por meio de programas de desenvolvimento e modernização nas áreas de Cerrado, além de viabilizar as relações de produção capitalista, mesmo com as várias contradições. Age ainda com seu aparato repressivo, abertamente, nos momentos críticos ou pouco visíveis na contenção cotidiana contra as formas de (re)existências que surgem no Cerrado (JUNIOR, 2007). Nesse sentido, defende-se a ideia de Mézàros (2015) o “Estado é uma montanha que devemos conquistar”.

Para compreender a atuação do Estado no território goiano e de seus programas desenvolvimentistas, é necessário fazer uma leitura da totalidade de como ocorreu a expansão capitalista no Cerrado e seus desdobramentos atuais. Entende-se, então, a necessidade de retomar os programas agrícolas de ocupação do Cerrado, sendo estes: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e o Matopiba. Nesse sentido, foi feita uma breve leitura de como ocorreu a expansão capitalista e suas políticas de “modernização conservadora”, que sempre tiveram como interesse o latifúndio e a produção agrícola para exportação.

O processo de expansão capitalista no Cerrado se constitui com a incorporação de áreas de Cerrado, até então ocupadas por vegetação natural e fechos de pasto, seguindo a lógica da produção de monocultura com pauta em exportação, fazendo a incorporação de maquinário agrícola, fertilizantes, insumos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e outros.

Diante desse fato, para um melhor entendimento, é fundamental compreender como foi o processo de modernização da agricultura no Brasil. Esse processo iniciou-se na década de 1950 e visava o aumento da produção e da produtividade, o que levou a alteração das relações socioeconômicas no espaço agrário brasileiro. Tal desenvolvimento se intensificou com a expansão da industrialização e com incentivo do Estado, o que estimulou a produção nacional de bens e consumo a partir de investimentos externos, diversificando a economia e culminando, na década de 1970, o denominado milagre econômico brasileiro, período em que o crescimento foi amplo em todos os setores.

A modernização no Brasil acentuou as desigualdades regionais e a concentração de renda, além de consolidar uma economia efetivamente articulada em âmbito nacional. Diante disso, vale ressaltar que a compreensão das transformações que aconteceram e estão

acontecendo no campo brasileiro passa, necessariamente, pelo estudo do processo histórico de construção do campo enquanto espaço de produção e reprodução social de sua população, destacando que o campo é também lugar de vida e interação social.

A modernização da agricultura sempre esteve em destaque, seja na produção de produtos para exportação, seja no fornecimento de matérias-primas para o surgimento e consolidação da agroindústria nacional, sendo, atualmente, a principal responsável pelos saldos positivos na balança comercial. É válido destacar que a adaptação ao modelo capitalista internacional se torna mais requintada e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização a qualquer preço ultrapassa o domínio industrial e invade áreas até então não tocadas, ou alcançadas só indiretamente (SANTOS E SILVEIRA, 2006), o que se dá devido ao meio técnico-científico-informacional não se impor igualmente sobre o território brasileiro. Isso mostra, claramente, que o poder capitalista domina de forma absoluta esse território, privilegiando poucos.

Sendo assim, os meados da década de 1960 foram marcados pelo desencadeamento de um conjunto de transformações socioeconômicas que configuram um novo padrão de desenvolvimento rural, o qual se convencionou chamar de “modernização conservadora”. A abertura da agricultura brasileira no mercado externo abrangeu toda a economia brasileira, a partir da segunda metade da década de 60, e atingiu a agricultura apenas de forma secundária, pois os maiores esforços desta agressiva política exportadora foram dirigidos aos produtos manufaturados. Porém, na década de 1970, o setor exportador da agricultura se expandiu e a principal consequência dessa situação foi a tecnificação das culturas de exportação.

Outro fator que vale uma atenção maior são as questões ambientais que passaram a ter especial importância nas cadeias produtivas. Como o território brasileiro, em sua maioria, tem áreas destinadas à produção agrícola, tais extensões sofrem com a má conservação e com a falta de manejo adequado, ocasionando a degradação ambiental. Tal consequência não é preocupação dos grandes investimentos, pois estes levam em consideração apenas o lucro, haja vista que o agronegócio é a principal ramo da economia brasileira, deixando de lado a conservação do meio ambiente.

Assim sendo, a intensificação das novas tecnologias provocou grandes mudanças no espaço econômico, social e ambiental em escala mundial. A modernização capitalista através dos mercados mundiais levou à aceleração e à expansão internacional e, com isso, ampliou a desigualdade social e espacial. A globalização das informações e comunicações dos mercados

e dos capitais assegurou a hegemonia dos grandes capitalistas e piorou, sensivelmente, a condição de vida de homens e mulheres no mundo. O desenvolvimento do capitalismo com o surgimento de empresas multinacionais fez surgir uma nova forma de organização da produção, o que se tornou o marco do desenvolvimento econômico.

Entretanto, como já foi explicado, no campo brasileiro, essas transformações tiveram início na década de 1950, se intensificando com a expansão da industrialização, com o incentivo do Estado e com a instalação de polos industriais que estimularam a produção nacional, a partir de investimentos externos, diversificando a economia e culminando, na década de 1970, em um amplo crescimento em todos os setores. Foi nessa década que houve forte avanço das fronteiras agrícolas, com a conseqüente incorporação ao processo produtivo mundial de novos territórios, o que garantiu a territorialização do capital industrial e financeiro, principalmente no Centro-Oeste.

Na região Centro-Oeste, a consolidação do processo de modernização da agricultura ocorreu após a década de 1970. Sua sustentação foi elaborada sob o poder do Estado, valendo-se de políticas de financiamentos a juros subsidiados e intensificadas com a criação de programas, cujo objetivo era ocupar economicamente as áreas de Cerrado. Diversas linhas de créditos foram abertas com o intuito de criar a infraestrutura necessária para fomentar o interesse dos empresários rurais pelo Cerrado. Contudo, assim como no Brasil, no Centro-Oeste, a modernização agrícola não foi homogênea.

A expansão capitalista ocorre, dessa forma, em áreas que até então possuíam uma lógica não pautada em produção para a exportação ou na utilização de tecnologia sofisticada e nas quais a relação com a terra possui uma dimensão simbólica, que pode ser observada em estudos da antropologia. Assim, a ideologia capitalista apresenta uma relação: o moderno e o atrasado, constituindo assim, uma estratégia que:

Quando chama estas comunidades de atrasadas, está pretendendo várias coisas. Por um lado, justificar perante a sociedade a necessidade de sua eliminação, legitimando a expansão do capitalismo. Por outro lado, desmotivar os sujeitos comunitários da necessidade de manter suas formas produtivas, levando-os a pensar na necessidade de integrar ao modelo de desenvolvimento capitalista (IBASE, 1986, p. 3).

De fato, os territórios cerradeiros ocupados pelo capital mundializado criam novas relações sociais e tentam apagar a história de sobrevivência e desenvolvimento de comunidades tradicionais que viveram e vivem no campo com modos de reprodução social não capitalista,

fazendo a contraposição entre o moderno e o atrasado, entre outras estratégias que o capital cria para sua legitimação. A ideologia dominante do agronegócio nega o camponês, colocando-o como atrasado, arcaico, entre outros, para defender sua expansão, apropriação de terras historicamente ocupadas pelas comunidades e o consumo desregulado dos recursos naturais da região.

A legitimação da expansão capitalista é ancorada, além do discurso do moderno, por políticas públicas através de programas e megaprojetos de desenvolvimento, que não ocorreram ao acaso e sem estratégias para sua territorialização. Os primeiros projetos de desenvolvimento da produção de *commodities* agrícolas no Cerrado levavam em consideração que este era a melhor opção estratégica:

Pois, além de ser visto como um vazio econômico, apresentava características físicas e edafo-climáticas vantajosas para a instalação de pacotes tecnológicos disponíveis à época, especialmente por permitir a mecanização em suas áreas, ter climas definidos e estar relativamente próximos dos principais eixos de escoamento de produção agrícola (PIRES, 2000, p, 128).

Nesse sentido, a expansão capitalista do Cerrado aconteceu como uma política estratégica, que visava áreas para a produção de monocultura, com ênfase nos grãos, sendo que não ocorreu somente uma simples inversão do considerado atrasado para o moderno nos territórios cerradeiros. Na verdade, se configurou em um processo de expulsão de qualquer relação não capitalista, isto é, que se apresentava fora do circuito do capital mundializado.

Essa expansão capitalista é considerada no presente trabalho como uma modernização conservadora, que, de acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, trata-se de “**Modernização**, porque as empresas capitalistas na agricultura adotaram máquinas e equipamentos, defensivos, adubos, etc.; **conservadora**, porque não alterou a tradicional estrutura fundiária” (IBASE, 1986, p. 3).

Esta modernização conservadora ocorrida no Cerrado se apresenta como uma das principais ações de expulsão dos *Povos Cerradeiros*⁶ nos territórios em que ocorreu a expansão do capitalismo. De acordo com Mendonça e Mesquita (2007, p. 5) “A atitude de modernizar a agricultura pressupõe que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais e, deveriam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso”.

⁶ MENDONÇA, 2004.

Entre os vários programas de expansão capitalista dirigidos no Cerrado, podemos ressaltar os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), no período do governo Militar, os quais lograram êxito nas suas execuções: a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), entre outros. Tendo em mente que esses programas de ocupação do Cerrado brasileiro, no período militar, tinham como tônica o latifúndio - com incentivos à mecanização, utilização de corretivos, sementes melhoradas, ocupação de extensas áreas e estímulos a empresários investirem na região e adotarem a compra de químicos - somente as grandes fazendas eram consideradas adequadas para receberem tais incentivos e subsídios do Estado, com vistas, evidentemente, à inserção na lógica capitalista (PIRES, 2000).

O governo militar encabeçou vários programas de expansão capitalista no Cerrado, como se pode observar, mas é preciso aprofundar nos programas que tiveram grande ênfase nessa expansão, como o Padap, Polocentro, Prodecer e Matopiba. O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), iniciado em 1973, contou com subsídios e infraestrutura do governo de Minas Gerais e viabilizou a ocupação de núcleos de colonização no Alto Paranaíba, com a comprovação de “viabilidade técnica e econômica da ocupação agrícola no cerrado” (Idem, 2000, p. 118).

Os colonos selecionados para a ocupação dos núcleos de assentamento dirigido eram oriundos, na grande parte, da região Sul e Sudeste. Nesse sentido, o Padap controlava a produção e tinha o intuito de aumentar a demanda de máquinas e químicos no processo de exploração capitalista da terra, criando um amálgama entre agricultura e indústria.

Outro programa de destaque na história da ocupação do Cerrado é o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), criado em 1975, pelo Governo Federal. O Polocentro tinha como objetivo “A difusão de tecnologias adequadas às condições edáficas do cerrado” e como característica, possuía uma distribuição em quatro estados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais), divergindo da centralização do Padap, mas apresentava semelhanças, com “Suporte à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito rural subsidiado e à infraestrutura física de estradas, energia e armazenagem” (Idem, 2000, p. 220).

O Polocentro pretendia, portanto, a otimização da produção de grãos por meio da adoção tecnológica nas grandes fazendas, mas o que ocorreu foi a pouca diversificação de produção, ficando restrita a maior concentração em soja. Nesse Programa, houve reduzida geração de emprego, criou-se a especulação imobiliária, contribuindo para a aceleração da

expulsão do camponês, e teve-se uma elevada valorização do preço das terras. De tal maneira, o Polocentro apresentou um fracasso e um descompromisso com os aspectos sociais, devido ao enfoque produtivista.

Com a desativação do Polocentro, inicia-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que foi resultado da parceria dos governos brasileiro e japonês⁷. Além de aproveitar todas as experiências positivas e negativas dos programas anteriores, o Prodecer tem ação direta do governo japonês na escolha das terras, na liberação dos créditos e no controle das atividades produzidas, assim, não se apresenta como um programa modelo, pois parte de bases já constituídas e sólidas no Cerrado Brasileiro. O Prodecer, então, é considerado o plano de maior envergadura na expansão capitalista no Cerrado e tem desdobramentos em segunda e terceira fases do Programa.

O governo japonês teve papel primordial na atuação e desempenho do Prodecer, com participação direta na estruturação do programa, desde a seleção de áreas e de colonos até a comercialização dos produtos. Todavia, o Prodecer, assim como todos os outros programas, gerou vários problemas ambientais e sociais, uma vez que essas questões sempre foram tratadas com uma visão secundária e marginal, entendendo que a preocupação com demandas socioambientais impediria o desenvolvimento da região e dos programas de expansão capitalista no Cerrado.

Atualmente, os programas de expansão capitalista se resumem no Matopiba, que não se encontra no território goiano, mas entende-se a necessidade de ser apresentado neste trabalho devido às estratégias e mecanismos utilizados pelo Estado para a ocupação de área de vegetação, que não se diferenciam das usadas na ocupação do Cerrado goiano. Este é o processo atual de ocupação e desenvolvimento agrário do agronegócio no Cerrado, sendo compreendido como a principal área de expansão agropecuária do país, além de envolver a Amazônia, visto que o Programa é composto por uma vasta área de Cerrado e parte da Amazônia Legal, com sua espacialização ocorrendo nos estados do Tocantins, oeste da Bahia, sul do Piauí e Maranhão (FAVARETO, 2019).

O Matopiba não modificou sua estrutura em relação aos programas que o antecederam, continuando a centralidade na pesquisa científica, liderada pela Embrapa.

⁷ Do lado japonês, além de estimular a produção de grãos no Brasil para o mercado mundial, o Prodecer é um instrumento de cooperação técnica que permite aos técnicos japoneses conhecimento científico sobre uma das maiores áreas do mundo, que são as savanas, neste caso, o cerrado. Do lado brasileiro, o programa é uma fonte de recursos internacionais para o investimento interno em uma área promissora como a agricultura.

Atualmente, há a utilização de insumos e fertilizantes químicos, agrotóxicos, produção de grão e a cumplicidade do Estado para o desenvolvimento do programa. Estado este que é concebido como um *Estado empreendedor*⁸, o qual cria condições necessárias para a ocupação do Cerrado pelo capital mundializado. Assim, corrobora com a afirmação inicial da parceria que o Estado possui com o agronegócio, criando programas e estratégias para que o capital ocupe o Cerrado brasileiro.

Nessa perspectiva, o Matopiba se apresenta como outro grande programa de expansão capitalista com pauta na produção de grãos para o mercado internacional, que em um primeiro momento, produz números assustadores na quantidade de produção dos grãos e altíssimos valores em dólares. Mas é necessário pensar além disso, como afirma Favareto et al (2019):

O Matopiba não é só, portanto, uma região produtiva, mais que isso é um território exemplar no qual se pode vislumbrar, de maneira viva, um conjunto de contradições que marcam as formas de apropriação espacial nos marcos do modelo de desenvolvimento brasileiro atual, sobre as quais não são poucas as controvérsias sociais e científicas (FAVARETO et al, 2009, p. 350).

Essas contradições que o Matopiba produz possuem várias frentes, desde a grilagem de terras, ameaça a trabalhadores/camponeses, criminalização dos camponeses pelo Estado, perda de solo, poluição e controle dos rios pelo agronegócio, desmatamento, conflitos socioambientais, entre outros.

Levando em consideração tais incoerências, foi possível evidenciar empiricamente, em um trabalho de campo, realizado em Correntina/BA, algumas contradições que o Matopiba produz para os camponeses que vivem nos *Gerais*⁹ daquela região. A partir do estudo, foi possível ainda compreender a cumplicidade do agronegócio com o Estado Brasileiro, além de entender como ocorre de fato a expansão capitalista, pautada no agronegócio, em pequenas comunidades. O trabalho de campo visitou duas localidades, sendo elas a do Vale do Arrojado/Comunidade Brejo Verde e a comunidade Capão do Modesto.

⁸ FAVARETO, 2019.

⁹ As áreas das chapadas (os Gerais) eram utilizadas por populações locais, quase sempre residentes nas partes baixas, para lá soltar o gado durante parte do ano. Também nas partes altas caçavam e colhiam frutos e raízes que compunham parte fundamental dos seus meios de vida e de reprodução social (FAVARETO, 2019, p. 72).

2.3 Comunidade Brejo Verde e Comunidade Capão do Modesto

O agronegócio chegou às comunidades menores com propaganda de lucro, geração de emprego e bem-estar social, não apresentando sua face original. Sua primeira aproximação com as comunidades visitadas, principalmente a de Brejo Verde, ocorreu por meio de ação que entregava doces para as crianças e presentes para a comunidade.

A estratégia de aproximação amigável nem sempre dá certo, como foi possível evidenciar na comunidade Brejo Verde, já que os camponeses não são passivos, compreendem os riscos que o agronegócio cria e são capazes de lutar em defesa de seus interesses para tentar solucionar seus problemas (SHANIN, 2008). Quando essa estratégia amigável não gera frutos, inicia-se o segundo processo, que ocorre em forma de estrangulamento da comunidade. Os ataques ocorrem, por exemplo, com a destruição das nascentes de cursos d'água locais, pois, atacando as nascentes, ataca-se a vida. Em especial para os camponeses, visto que a água - e tudo que ela constitui (nascentes, rios, veredas e outros) - compreende a vida da comunidade.

Nesse contexto, quando os camponeses resistem, iniciam-se processos com violência física ou psicológica e ameaças de morte a lideranças da comunidade e até mesmo aos filhos dos camponeses. Assim, jagunços fazem ameaças e/ou retaliações, até que se concretizem os interesses do grande capital.

Por fim, outra estratégia praticada, que é uma das piores para os camponeses, é quando ataca-se a moralidade destes. Com a viabilização do Estado e de seus aparelhos ideológicos e repressivos são feitas intimidações a estes trabalhadores, colocando-os como criminosos e pessoas que são contra o desenvolvimento local, pois propaga-se o discurso que o pequeno agricultor não aceitou o agronegócio, que traria o desenvolvimento.

Essa criminalização ocorre por parte de aparelhos repressivos de Estado, que, criminalizando e levando o camponês constantemente a tribunais e salas de depoimento, comete tortura física e psicológica. Logo, é desta maneira acontece a expansão do agronegócio nas comunidades do Matopiba: ancorado pelo Estado, o agronegócio expulsa os camponeses, cria problemas ambientais e não ambos são responsabilizados.

A expansão agrícola sobre o Cerrado brasileiro, que se ampliou para as regiões norte e nordeste, mostra como o agronegócio ganha cada vez mais investimentos do governo. Por isso, é necessário entender que a ausência de perspectivas de futuro do campesinato em alguns

países, como o Brasil, guarda direta relação com a forma ultrapassada de antigos projetos políticos, pautados em análises tradicionais, os quais apostaram historicamente em uma agricultura baseada em latifúndios exportadores e monocultores.

Isso se deve também ao modelo agrícola implantado no Brasil, que promoveu a expansão da produção e da produtividade agrícola estimulando a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos e dos recursos naturais. A modernização da agricultura tentou desqualificar as formas de produção dos trabalhadores/camponeses, mostrando que para a agricultura ser altamente produtiva, competitiva e dinâmica tinha que ser baseada em grandes propriedades, altamente mecanizadas. Esta desvalorização das formas de produção dos camponeses, os responsáveis pela produção de alimentos para o mercado interno, só foi possível porque, no Brasil, o poder político e a grande propriedade de terra sempre andaram de mãos dadas. Contudo, mesmo diante das transformações modernas no campo, a agricultura camponesa resiste, atendendo satisfatoriamente às necessidades de quem precisa, ao produzir alimentos, ainda que sem o apoio de políticas públicas.

Entretanto, por ser um país extenso e grande produtor de alimentos, o Brasil tornou-se alvo de disputa entre as empresas transnacionais, detentoras do mercado de sementes e insumos agrícolas, que buscam novos territórios para expandirem seus negócios. Nesse sentido, o Brasil e, especificamente, as áreas de Cerrado, principalmente a região norte e nordeste, tornaram-se grande palco da agricultura moderna, com alta produção de grãos para exportação (como soja, milho, entre outros), isto é, uma produção de monocultura que tem todos os “subsídios” necessários para continuar produzindo, tornando o país um grande produtor de grão mundialmente, conforme dados atuais da Embrapa. Tudo isso se tornou possível porque no Brasil, os subsídios ganham prolongamento no prazo para pagamento das dívidas concedidas pelos bancos estatais, leia-se Banco do Brasil.

Alentejano (2003) diz que esse novo modelo tem produzido resultados sociais e ambientais perversos, e não tem nada de inovador, pois, além de tornar o agricultor (o grande agricultor mesmo) cada vez mais dependente de financiamentos, o deixa mais vulnerável às indústrias fornecedoras de insumos e sementes, aos bancos e às processadoras e intermediárias.

Assim, pode-se reafirmar que a agricultura modernizou, mas trouxe grandes problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade - tanto no campo como nas cidades, pois com a modernização da agricultura, a maioria da população que morava no campo é expulsa e se vê obrigada a migrar para as cidades e/ou para áreas de fronteira.

Ressalvando, então, vê-se que as estratégias de desenvolvimento do capital no campo, no Brasil, priorizaram o agronegócio e a produção de uma monocultura - uma grande propriedade produz um só produto, utilizando alta tecnologia, mecanização, agrotóxicos e pouca mão-de-obra (com salários baixíssimos), o que aumenta sua produtividade. O resultado social desta ação é o aumento da pobreza nas regiões, o inchaço das cidades e a devastação do meio ambiente. Além disso, as atividades agropecuárias brasileiras ficam totalmente subordinadas ao capital internacional. Isto é o agronegócio - as empresas rurais produzem baixos custos e com alta produtividade, mas com desigualdade social e espacial.

Consequentemente, essa desigualdade gera conflitos no campo brasileiro, que ocorrem entre o agronegócio e a agricultura camponesa, sendo esta baseada na pequena propriedade familiar, dedicada à produção de alimentos destinados ao sustento da família, somente com o excedente comercializado. Porém, as transformações socioespaciais no campo afetam as práticas camponesas essenciais para a produção de alimentos, pois, com a concentração de terra e renda nas mãos dos grandes empresários rurais, os pequenos agricultores/camponeses não têm o mesmo apoio político e financeiro. Ademais, a força e as relações de trabalho no campo se modificam diante das novas necessidades de produção, com a introdução de novas técnicas. Um exemplo é o trabalho temporário, que ganhou força no novo processo de produção, já que é uma forma de trabalho sem custos adicionais para os empresários rurais.

Vale destacar ainda que as transformações socioambientais causadas pela ação do homem na natureza - o avanço das cidades, a modernização do campo, os desmatamentos, entre outros - causaram grandes impactos ambientais nas áreas de Cerrado. Isso se deve ao uso e manejo inadequados do Bioma Cerrado e seus subsistemas, como o desmatamento de áreas de preservação permanente, o assoreamento dos cursos d'água, a poluição dos mananciais com o uso desenfreado de agrotóxicos, dentre outras ações.

Historicamente, o Cerrado sempre foi visto como um ecossistema pobre e desinteressante, com uma vegetação raquítica e pouco diversa, de onde quase nada poderia se aproveitar. Ele é o segundo maior bioma do Brasil, atrás apenas da Amazônia, e começou a ser ocupado no século XVIII, com a mineração de ouro e pedras preciosas; junto com essas atividades, apareceram os primeiros povoados, porém, as riquezas minerais foram se esgotando e surgiu a pecuária extensiva como outra forma de produção, sendo a principal atividade econômica até praticamente o final da primeira metade do século passado.

Porém, o desenvolvimento do capitalismo fez surgir novas formas de organização da produção e das relações de trabalho no Brasil. A nova divisão internacional do trabalho e a ampliação das redes de transportes se tornaram o marco do desenvolvimento econômico, trazendo para o país mais investimentos. Assim, as áreas de Cerrado receberam os grandes financiamentos e investimentos oriundos da modernização da agricultura, o que propiciou novas configurações geográficas, ocasionando significativos impactos sociais e ambientais.

Em vista disso, pode-se afirmar que o Cerrado vem sendo ocupado de forma desordenada, num ritmo acelerado que vai muito além da capacidade e resistência de seus subsistemas, sejam naturais ou artificiais, ocasionando um processo acelerado de perda de identidade ecossistêmica e cultural da região. No trabalho de campo desta pesquisa, foi possível perceber essa ocupação danosa em quase todas regiões cerradeiras de Goiás, bem como em toda Matopiba, onde acompanhou-se de perto essa transformação, que acontece devido ao avanço das fronteiras agrícolas pelo país.

Nas áreas de Cerrado, percebe-se que os grandes financiamentos e investimentos oriundos da modernização da agricultura propiciaram novas configurações geográficas e ocasionaram significativos impactos sociais e ambientais. É importante destacar que além do uso e manejo inadequados do Bioma Cerrado e seus subsistemas, há a destruição de nascentes e, conseqüentemente, os córregos secam, a chuva diminuiu, o período chuvoso já não se configura como o mesmo, o que revela um ciclo prejudicado pelos impactos que o meio ambiente vem sofrendo constantemente, e que gera ainda a extinção da flora e fauna.

Dessa forma, é imprescindível repensar, urgentemente, as práticas de uso das terras nas áreas de Cerrado, garantindo um melhor aproveitamento dos solos. Isso só ocorrerá quando o bioma for ocupado de forma mais ética e responsável, não empregando técnicas e tratamentos advindos de outras regiões e que não servem para o contexto do Cerrado.

Nesse sentido, nas últimas décadas, a conscientização sobre conservar o meio ambiente deixou de ser modismo para atender uma demanda real do mundo. Cuidar da água, do solo, do clima, da vegetação e dos animais faz parte da perpetuação de espécie humana, por isso, a necessidade de se entender que deve haver interação entre todos os seres que possuem papel importante no equilíbrio do ecossistema.

Diante do que foi discutido anteriormente, dando destaque ao avanço da fronteira agrícola, mais precisamente nas regiões norte e nordeste do Brasil, é importante destacar que a modernização agrícola brasileira faz parte de uma dinâmica internacional, na qual os discursos

de modernidade prevalecem sobre as reais mudanças indispensáveis para um desenvolvimento pleno e equilibrado no que diz respeito à economia e aos aspectos sociais. E, como exposto, o Estado tem papel primordial no atendimento das demandas e dos interesses de agentes hegemônicos. Tal situação pode ser notada no Matopiba - região construída por meio da promessa de que o agronegócio levaria o progresso e o desenvolvimento para a população local. A verdade é que esse sempre foi o discurso usado pelo agronegócio, contudo, como se sabe, o desenvolvimento e o progresso vieram apenas para um pequeno grupo: os grandes proprietários.

Em outros termos, a realidade é que o planejamento e o desenvolvimento regional no Brasil são essencialmente baseados na modernização da agricultura e não no desenvolvimento dos lugares e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desse modo, o papel do Estado se torna uma grande preocupação, pois o que observa-se é a construção de planos com base nas demandas das grandes empresas e corporações e não necessariamente nas necessidades da população local.

SEÇÃO 3:
O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ENFOQUE
AGROECOLÓGICO

A intensificação do debate agroecológico na América Latina se dá a partir da década de 1970, como resposta ao enfrentamento da crise ecológica e social no mundo. No Brasil, como relatado anteriormente, o conceito só é incorporado, de fato, em 1989, com a publicação do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa*, do professor e pesquisador Miguel Altieri. No entanto, entende-se que o debate agroecológico antecede o momento de sua popularização no Brasil, fato corroborado pelo movimento agroecológico que possui raízes na década de 1970, com atuações do Movimento de Agricultura Alternativa e de Igrejas Católicas e Protestantes no país.

Cabe destacar que a Agroecologia brasileira somente foi instituída, oficialmente, como uma Política Pública, em 2012, com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, e com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em 2013. Portanto, a instituição do Pnapo e Planapo consolida-se como um marco histórico para a solidificação da Agroecologia brasileira.

A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) teve início na década de 1980, através de extensas jornadas de luta dos movimentos sociais, da sociedade civil, ONGs, entre outros, que trilharam um debate a respeito da Agroecologia, da Agricultura Orgânica e demais formas de Agriculturas Alternativas, fazendo uma contraposição à agricultura convencional e às suas mazelas produzidas no meio ambiente e na sociedade.

Nessa perspectiva, para construir uma análise a respeito das Políticas Públicas com enfoque no debate agroecológico, defende-se aqui que o movimento de luta agroecológico seja analisado de maneira processual, evidenciando momentos que marcaram essa luta, desde a década de 1980 até sua institucionalização enquanto Política Pública, em 2012, e alguns desdobramentos atuais.

Assim, antes de iniciar esta exposição, é primordial evidenciar que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) destacam-se na importância para o início do movimento agroecológico no Brasil, com a mobilização de camponeses em quase todos os estados do país contra o modelo hegemônico e compulsório adotado pelo Brasil, isto é, o desenvolvimento rural com bases da “Revolução Verde”. Segundo Monteiro e Londres (2017):

Muitas das alternativas técnicas hoje consagradas na agroecologia foram promovidas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças. No plano organizativo, foram incentivados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos e execução de serviços, como as casas de farinha, os bancos de sementes comunitários, as roças coletivas, os mutirões e outras modalidades de associativismo. Teve grande destaque também o estímulo à produção para o autoconsumo das famílias, buscando minimizar a dependência em relação aos mercados e promover uma alimentação sem agrotóxicos (MONTEIRO, LONDRES, 2017, p. 55).

De fato, é possível demonstrar que o movimento agroecológico no Brasil possui suas raízes na atuação das CEBs e da CPT e, como afirmam Monteiro e Londres (2017), muitas alternativas propostas pelas CEBs permanecem presentes e vivas dentro do movimento agroecológico contemporâneo, tais como: adubação orgânica, conservação dos solos, dentre outras.

No mesmo sentido, destaca-se a importância da CPT, criada em 1975, com a finalidade de prestar serviço à luta e à organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Enfatiza-se também a participação da Comissão Pastoral da Terra no debate agroecológico e no apoio ao campesinato. Nesse bojo, a CPT da Diocese de Goiás, atualmente, entende a Agroecologia como uma ferramenta capaz de promover o equilíbrio e a convivência com a natureza. Nesse lume, a Agroecologia é entendida como um modelo camponês de produção, ecológico, econômico e socialmente sustentável: “Um modelo de produção diversificada que respeite o meio ambiente, valorize a cultura camponesa, o conhecimento popular, e que se contraponha ao agronegócio” (CPT/Diocese de Goiás, 2019).

3.1 Décadas de 1980/90: O início da construção de Políticas Públicas com enfoque agroecológico

A década de 1980 tem como marco histórico o fim da Ditadura Militar Brasileira, que teve início em 1º de abril de 1964 e término em 15 de março de 1985. A redemocratização brasileira direciona para o incremento de discussões e contestações acerca do desenvolvimento rural e do modelo agrícola implementado, com base na “Revolução Verde”, no Brasil, sendo um momento fértil para a evolução da defesa e do desenvolvimento do modelo agroecológico de produção. Nesse período, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, dá garantias legais para a participação da sociedade civil, diferente da repressão dos governos

militares. É nessa ocasião que, segundo Moura (2017, p. 27), “Se dá a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), assim como, o surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)”.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)¹⁰ foi criado pelo Decreto nº 807, em 24 de abril de 1993, com atuação na Segurança Alimentar e Nutricional, no combate à fome, redução da utilização de agrotóxicos, na luta pela alimentação saudável e outros. Dessa forma, colaborou para o fortalecimento das discussões sobre uma Agricultura Alternativa e a necessidade de uma produção saudável, que negasse o modelo de agricultura convencional.

Destarte, o movimento de Agricultura Alternativa, na década de 1980, ganhou destaque e contribuiu para o debate agroecológico por fazer críticas à agricultura tradicional e estimular questionamentos em relação “À poluição do meio ambiente, à contaminação dos alimentos e das pessoas por agrotóxicos, à erosão do solo e ao aumento do número de pragas e doenças” (MOURA, 2017, p. 28). Esse movimento ganha rigidez com a criação da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) e através dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), que aconteceram, respectivamente, em 1981, 1984, 1987 e 1989, e foram responsáveis por criar articulações entre instituições de ensino e pesquisa, ONGs, movimentos sociais, estudantes, pesquisadores, etc.

Ainda durante a década de 1980, foi criada a Lei de Agrotóxicos nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a qual dispõe, no Art. 1º:

A pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei (BRASIL, 1989).

A Lei de Agrotóxicos contribuiu e teve papel fundamental para a regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil, que só aconteceu com a publicação da Instrução Normativa (IN) nº 007, de 17 de maio de 1999, que delibera: “Sobre normas para a produção de produtos

¹⁰ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto, definitivamente, em 23 de setembro de 2019.

orgânicos vegetais e animais”¹¹. Somente em 2003, é criada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica.

Por sua vez, a década de 1990 é marcada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), ou como ficou conhecida, a Rio-92¹², que foi realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. O objetivo da Rio-92 foi a preocupação de conciliar a utilização dos recursos naturais não renováveis com o desenvolvimento socioeconômico.

Como consequência, a questão ambiental ganhou notoriedade com a Rio-92 e, segundo Moura (2017, p. 28), “Fatores como a atenção com a degradação ambiental, aliados à expansão mundial da produção orgânica e à consolidação e expansão das experiências produtivas no Brasil, colaboraram para a expansão da agroecologia naquela década”. Portanto, a Rio-92 apresentou resultados satisfatórios, sendo um deles o grande número de chefes de Estado presentes - 178 representantes, que poucas vezes foram vistos juntos fora da sede da ONU.

A Agroecologia, do mesmo modo, obteve resultados satisfatórios na Rio-92 porque passou a ter seus princípios e diretrizes adotados em ações governamentais e no “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras”, criado pelo G7, nos Estados Unidos, em 1990, mas que somente foi lançado oficialmente durante a Rio-92 (MOURA, 2017).

No contexto apresentado, outra conquista se deu em 1995, com a criação do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), resultado do Programa Piloto da Conferência, que teve a participação da sociedade civil na construção, seleção, acompanhamento e avaliação de subprogramas. Segundo Moura (2017, p. 29), “A fim de realizar essa tarefa, a Comissão Executiva do PDA foi construída de forma paritária com representação do Estado e da sociedade civil”.

O PDA representa um momento fundamental na construção da Política Pública com enfoque agroecológico no país porque é a conquista da sociedade civil sobre o direito de participar ativamente na construção de programas e subprogramas, garantindo, assim, conformidade real com os princípios da Agroecologia e dos seus respectivos beneficiários.

¹¹ Art. 1º - Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, conforme os Anexos à presente Instrução Normativa.

¹² Rio-92, Eco-92 ou cúpula da Terra, como ficou popularmente conhecida.

Outro avanço para a Agroecologia foi quando a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) incorporou o enfoque agroecológico.

Ainda na década de 90, é possível evidenciar mais exemplos bem-sucedidos de agendas trilhadas com enfoque agroecológico que contribuíram para a construção de uma Política Pública sobre Agroecologia. São exemplos prósperos as experiências travadas no Sul do Brasil:

Na região Sul do país, algumas instituições governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão formalizaram uma agenda de cooperação e parceria inédita e criaram, em 1994, o Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Integravam essa parceria a Embrapa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (Fepagro/RS), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Rede Tecnologia Alternativa (TA)-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia (MOURA, 2017, p. 30-31).

Nesse sentido, o debate agroecológico fortalecido no Sul ganha espaço e notoriedade, dando início a experiências positivas em outras regiões do país, como no Rio de Janeiro, na Fazendinha Agroecológica km 47, a qual envolve a Embrapa Agrobiologia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A Fazenda foi implantada, em 1993, em uma área de 70 hectares, marcando o começo e a evolução da pesquisa, ensino e extensão sobre Agroecologia e Agricultura Orgânica no Brasil.

3.2 Os anos 2000 a 2010

A partir do ano 2000, alguns momentos são centrais para evidenciar a construção de Políticas Públicas com enfoque agroecológico no Brasil, marcada por sua institucionalização, enquanto Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012. São exemplos: a criação de programas do Governo Federal brasileiro que procuraram garantir o combate à fome e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população; programas de assistência técnica e financiamento do campo; regulamentação da Agricultura Orgânica; alimentação escolar e outros.

Em 2002, ocorreu a eleição presidencial do Brasil, na qual o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), ganhou a disputa presidencial em segundo turno, no dia 27 de outubro de 2002. O presidente eleito apresentou como uma de suas principais propostas de governo o Projeto Fome Zero, que objetivava o combate à fome e suas causas estruturais.

Criado em 2003, o Programa Fome Zero veio em substituição ao Programa Comunidade Solidária, instituído pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, que perdurou durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2003. O objetivo do Programa era garantir o direito a uma alimentação saudável por meio da promoção de SAN, além de combater a fome e suas causas estruturais; assim, propunha a realização de mutirões contra a fome e a construção participativa de políticas entre os governos federal, estaduais e municipais. O Fome Zero abarcou cerca de 30 programas complementares no combate à fome e suas causas estruturais, além do combate à Insegurança Alimentar e Nutricional.

Outro acontecimento de grande magnitude aconteceu também em 2003. Foi a regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil, com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a qual “Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências”. No parágrafo 2º da Lei é evidenciado o conceito de Agricultura Orgânica: “Abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, **agroecológicos**”, logo, representa uma contribuição essencial para o debate e a luta política na construção de uma Política Pública sobre Agroecologia no país (BRASIL, grifo nosso, 2003).

Destaca-se aqui que a regulamentação da Lei de Agricultura Orgânica deu-se por um decreto formulado com a participação da sociedade civil, o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. A Lei e o Decreto ressaltam a finalidade do sistema de produção orgânico como a oferta de produtos saudáveis e a preservação da diversidade biológica, entre outros. Estabelecem ainda critérios para produção, comercialização e certificação dos produtos da Agricultura Orgânica.

Ainda em 2003, houve o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia, tendo em vista que:

Foram criados no Brasil, a partir de 2003, mais de cem cursos de agroecologia ou com enfoque em agroecologia. Tal tendência levou o Ministério da Educação (MEC) a

incluir a formação em agroecologia em seus catálogos de cursos de nível médio e superior, consagrando a profissionalização na área (MOURA, 2017, p. 37).

No bojo da formalização do ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia, é possível identificar atualmente, no Brasil, cursos de tecnólogo, bacharel, especialização, mestrado e linhas de doutorado com enfoque agroecológico. Assim, criou-se redes de Agroecologia em diversos estados do Brasil e nas universidades, capitaneadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

A ANA foi formada em 2002, é um espaço de articulação entre os movimentos sociais, sociedade civil, redes estaduais de Agroecologia e outros que buscam a promoção da área, o fortalecimento da agricultura familiar e alternativas sustentáveis. Dessa maneira, a ANA tem participação ativa na construção de propostas de Política Pública com enfoque agroecológico que promovam o desenvolvimento territorial.

Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), promovidos pela ANA, que foram realizados, respectivamente, em 2002, no Rio de Janeiro/RJ; 2006, em Recife/PE; 2014, em Juazeiro/Bahia; e 2018, em Belo Horizonte/MG, foram cruciais para a institucionalização da Agroecologia no Brasil, levando em conta a capilaridade que os ENAs alcançaram, sendo o principal espaço de discussões e decisões das estratégias políticas da ANA. Já em 2003, foi realizado, pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), o qual teve participação ativa das instituições de ensino pesquisa e extensão, dos movimentos sociais e sociedade civil. O CBA constitui-se como importante espaço de diálogo para a construção e fortalecimento da Agroecologia enquanto ciência.

Ainda tem-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no âmbito do Programa Fome Zero, pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. No Art. 19 estão instituídas as finalidades de incentivar a agricultura familiar, promover o acesso à alimentação e fortalecer circuitos locais, regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2003).

O PAA, para cumprir com suas finalidades propostas em Lei, é responsável pela viabilização da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou camponesa, dispensando licitações, e os destinando à população com Insegurança Alimentar e Nutricional, além de contribuir na construção de estoques públicos de alimentos e promover o abastecimento de mantimentos através de compras do governo.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem sua origem no início da década de 1940, como proposta de alimentação escolar, que não foi concretizada. Na década de 1950, se reestruturou e criou-se o primeiro programa de alimentação escolar, que instituiu, por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, a Campanha da Merenda Escolar (CME). Após alterações de nome e vinculação institucional, em 2009, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, é instituído o Pnae que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica” (BRASIL, 2009).

O Pnae oferece alimentação escolar e educação alimentar e nutricional. A oferta de alimentos é feita em todas as etapas da educação básica pública e com variados valores¹³ por estudantes, sendo beneficiados no Programa creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, médio e de jovens e adultos, além de entidades filantrópicas ou conveniadas com o estado e municípios. Assim, o Pnae, em 2015, último dado encontrado no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), chegou a um número de 41,5 milhões de estudantes atendidos e o valor total de recursos financeiros destinados ao Programa, no mesmo ano, foi de 3,759 bilhões.

Tanto o PAA e Pnae são programas com o objetivo de estruturar e fornecer suporte à comercialização direta dos produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa, criando circuitos curtos e locais de venda. Assim, ambos os Programas possuem garantia de preços mínimos através da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), além de acréscimo de 30% nos preços dos alimentos produzidos de modo orgânico e agroecológico.

O PAA e Pnae possibilitam que a agricultura familiar e o campesinato resgatem e valorizem alimentos locais e seus conhecimentos tradicionais, além disso, contribuem para a alimentação saudável e o combate à Insegurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, a Agroecologia conquistou, por meio do diálogo criado pelos movimentos sociais, sociedade civil e outros, mecanismos que fornecem suporte e estrutura para a comercialização direta dos

¹³ Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53.

produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa, com bases no modelo de produção agroecológico e orgânico.

Agora nos anos de 2005 e 2006, outra conquista para o movimento agroecológico na construção e institucionalização da Agroecologia enquanto Política Pública foi a criação da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - o Pronaf Agroecologia, que tem por objetivo financiar a implementação e manutenção de sistemas agroecológicos. No Programa, o valor destinado para o financiamento de ações que busquem a transição de sistemas convencionais para a Agroecologia pode chegar a um limite individual variando entre 165 mil e 330 mil reais, com prazos de até 10 anos e com taxa de juros prefixada de até 2,75% a.a.

Apesar da obtenção de uma linha de crédito específica para a Agroecologia, o Pronaf Agroecologia, dentre todas as linhas de crédito que o Programa possui (Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e demais), foi a linha de crédito que menos teve contratos criados e executados:

Contrariando as expectativas, observa-se que, dentre as linhas analisadas, o Pronaf Agroecologia foi o que financiou o menor volume de total de recursos e o menor número de contratos, não chegando a alcançar mil operações nas primeiras seis safras de sua existência (AQUINO *et al*, p. 207. 2017).

Como o Pronaf Agroecologia apresentou resultados insatisfatórios, tendo em vista o objetivo que a linha de crédito se pauta, ficam algumas indagações sobre o acesso ao financiamento que pode estabelecer a permanência do camponês no campo.

Por meio da linha de crédito destinada à Agroecologia, foi criada a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que regulamenta e “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Com a institucionalização da categoria Agricultura Familiar, através dessa Lei, que ainda “Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” é criada a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A Política Nacional de Ater, ou PNATER, tem como objetivo atuar na construção de um desenvolvimento rural sustentável, concebendo em suas diretrizes a utilização e a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, além de ter como foco o fortalecimento da Agricultura Familiar e proporcionar os princípios agroecológicos para os beneficiários, que são: os Assentados da Reforma Agrária; Povos indígenas; Quilombolas; Povos e Comunidades tradicionais; e Agricultores familiares. Um dos princípios da PNATER é a gratuidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Foi no computo de todas essas Leis e conquistas apresentadas que o movimento agroecológico logrou êxito durante décadas de luta, sendo capaz de potencializar a luta pela institucionalização da Agroecologia enquanto uma Política Pública no Brasil. Assim, o movimento agroecológico reuniu e articulou estratégias para a construção e o desenvolvimento de mais uma Política Nacional, a Pnapo.

3.3 A instituição da Pnapo (2012) e do Planapo (2013)

Em 2011, ocorreu a 4ª Marcha das Margaridas, em Brasília/DF, entre os dias 16 e 17 de agosto. As mulheres do campo e da floresta que compunham o movimento buscavam visibilidade, reconhecimento social e político, e tinham como lema o *“Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”*.

Como resultado e conquista das reivindicações e demandas propostas pela 4ª Marcha das Margaridas, é instituída no ano seguinte a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, com o:

Objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

A Pnapo busca integrar, articular e adequar as diversas políticas criadas pelo governo, com base em princípios agroecológicos, para potencializar o processo de transição agroecológica. Logo, contribui para o direito humano à alimentação saudável e, com isso,

favorece a Segurança Alimentar e Nutricional, a conservação dos recursos naturais e a valorização dos povos e comunidades tradicionais.

Desse modo, são diretrizes da Pnapo (BRASIL, 2012):

- Estabelecer a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Promover a utilização sustentável dos recursos naturais e a conservação e recomposição de ecossistemas;
- Criar a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos;
- Fazer a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e estimular os conhecimentos e experiências locais;
- Aumentar a participação da juventude rural na produção orgânica e da base agroecológica;
- Por fim, fazer a promoção da autonomia econômica das mulheres no campo e a redução das desigualdades de gênero.

No Art. 4º do Decreto que estabelece a Pnapo, é instituído o primeiro e principal instrumento de execução e operacionalização desta Política: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), criado com objetivos, metas e iniciativas para a operacionalização da Pnapo.

O Planapo tem em sua gestão e controle duas instâncias que fazem parte da Pnapo, dessa maneira, o que norteia o Planapo é a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)¹⁴ e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)¹⁵, sendo a segunda responsável pelo Planapo e com objetivo de compor uma atuação direta entre o governo e sociedade civil organizada, se apresentando como o espaço de diálogo do Plano.

Esse Plano de Agroecologia é dividido em dois ciclos, o I Planapo (2013-2015)¹⁶ e o II Planapo¹⁷ (2016-2019), e possui eixos estratégicos para desenvolver os objetivos, metas, estratégias e iniciativas. Assim, foram criadas no I Planapo quatorze metas e 125 iniciativas,

¹⁴ Criada pelo Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

¹⁵ É formada por representantes de 14 órgãos e entidades do Executivo Federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes representantes da sociedade civil. O colegiado tem por objetivo promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia.

¹⁶ Criação do I Planapo, pela Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013.

¹⁷ Criação do II Planapo, pela Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016.

dentro dos eixos que foram divididos em: 1. Produção; 2. Uso e conservação de recursos naturais; 3. Conhecimento; 4. Comercialização e consumo. O primeiro ciclo do Planapo contou com a participação de 10 ministérios e resultou em ações públicas que obtiveram a destinação de R\$ 2,9 bilhões de reais, potencializando, com isso, a implementação de Políticas Públicas e a transição agroecológica para várias partes do Brasil.

Entre 2016 e 2019, período correspondente ao segundo ciclo de aplicação do Plano Nacional, foi feito um diagnóstico sobre o primeiro ciclo e adotados outros eixos para potencializar os objetivos e metas do Planapo. Dessa maneira, foram criados mais dois eixos, respectivamente: Eixo 5. Terra e Território; e 6. Sociobiodiversidade; além disso, foram definidas 30 metas e 194 iniciativas.

Em ambos os ciclos do Planapo, objetivou-se implementar as diretrizes da Pnapo, possibilitando: crédito rural; assistência técnica e extensão rural; conhecimento e inovação tecnológica; formação em agroecologia, criando e fortalecendo ações em rede; acesso à água e a sementes; aquisição de alimentos; fortalecimento da juventude e mulheres na produção agroecológica; e construção participativa com a sociedade civil organizada.

Assim, observa-se na Figura 2 a construção e a institucionalização da Agroecologia enquanto Política Pública.

Figura 2: Iniciativas com enfoque agroecológico que marcam a construção da Política Pública

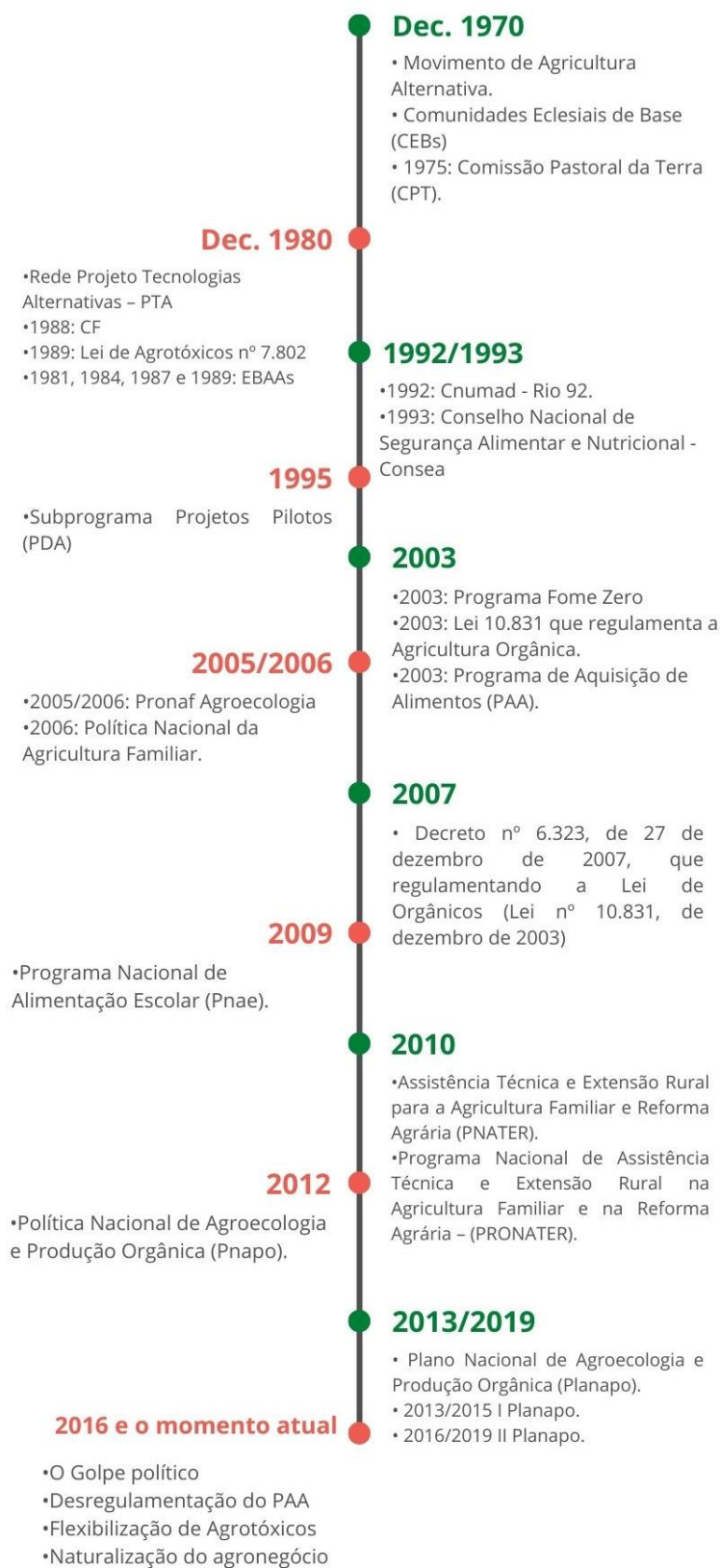


Referência: MOURA, Filipe Borba. 2021.

Dessa forma, é evidente que a construção de uma Política Pública com enfoque agroecológico foi uma construção histórica, que teve vários acontecimentos cruciais para esta conquista, como foi apresentado. Relembrando que os movimentos sociais, ONGs, instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil e outros foram os agentes centrais que promoveram o debate e a luta política.

Já na Figura 3, nota-se que a construção de Políticas Públicas é proveniente da década de 1970-1980 e possui destaque a atuação da CPT e a CEBs; nos anos 2000, o Programa Fome Zero cria linhas de investimentos específicas no Pronaf, PAA, Pnae e outros, que contribuíram para o fortalecimento do debate agroecológico. Mas, com o golpe político e a naturalização do agronegócio, evidencia-se que as Políticas Públicas com enfoque agroecológico são pontuais e o agronegócio se naturaliza na sociedade.

Figura 3: Linha cronológica do desenvolvimento das Políticas Públicas com enfoque agroecológico no Brasil



Referência: MOURA, Filipe Borba. 2021.

3.4 2016 – O Golpe e a Naturalização do Agronegócio

Em 2016, sucedeu o golpe político da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, em 2014, pelo povo brasileiro com 51,64% dos votos válidos, o equivalente a 54.501.118 votos¹⁸. A partir de então, foi estabelecido um governo que colocou em andamento um projeto ultra neoliberal que desregulamenta as políticas sociais, trabalhista e ambientais em benefício das grandes corporações econômicas, propiciando a acumulação ampliada do capital.

Primeiramente, o governo Temer assume esse papel ultra neoliberal, que atinge diretamente a produção agrícola no Brasil. O apoio do governo às grandes corporações do agronegócio é simbolizado pela desregulamentação de leis que regulavam o uso de agrotóxicos (FRIEDRICH et al, 2018; SOUZA et al, 2020). Tal préstimo continuou nos anos seguintes - de acordo com pesquisa realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz)¹⁹, em 2019, foram registrados 467 novos agrotóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em 2020, esse número foi de 493. Em 2021, até o momento, foram 205 novos agrotóxicos registrados, totalizando, então, 1.165, desde 1º de janeiro de 2019. Esse mesmo estudo aponta que agrotóxicos classificados como “extremamente” e “altamente” tóxicos, os quais a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que sejam banidos, caíram em uma só tacada, de 702 para 43, uma redução de 93%.

No campo das consequências à saúde, ainda não se tem estudos, dado a necessidade de tempo, mas já se sabe que será desastroso à saúde do trabalhador e do consumidor. Estudos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Fundação Oswaldo Cruz disponibilizam números assustares: o consumo de agrotóxicos gira em torno de cinco litros por pessoa/ano; 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos; doenças como mal de Parkinson, distúrbios de comportamento, problemas na produção de hormônios sexuais, infertilidade, má formação fetal, aborto, endometriose e câncer de diversos tipos são associadas ao uso de agrotóxicos.

Bombardi (2017) aponta que mais de 25 mil intoxicações causadas por agrotóxicos foram registradas no Brasil, no período de 2007 a 2014, o que corresponde a 3.125 casos de intoxicações por ano, ou oito casos por dia. A pesquisadora assinala também que foram

¹⁸<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>

¹⁹ Fonte: Le Monde Diplomatique Brasil, 19\05\2019.

registradas 1.186 mortes, sendo 343 bebês, ou seja, uma morte a cada dois dias e meio. Porém, Bombardi alerta que a situação é ainda pior, já que, para cada caso registrado, outros 50 não são notificados. Atenta-se para o fato que esses dados são referentes ao período anterior a farra da liberação dos agrotóxicos (pós-golpe de 2016), ou seja, em uma perspectiva de projeção para o futuro desses números, a partir da realidade atual, será uma catástrofe.

Essa realidade contrapõe a anterior aos governos ultra neoliberais, principalmente, pela lógica do Programa Fome Zero, implementado no governo Lula, em 2003. Como o próprio nome evidência, a finalidade era combater a fome, sendo que, auxiliado por políticas públicas sociais, o Programa obteve grande resultado, tirando o país do mapa da fome:

O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado hoje (16) em Roma. A FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7% (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2014)²⁰.

A partir de 2016, com a naturalização do agronegócio e pós-golpe político, o Brasil retornou ao mapa da fome. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan)²¹, entre 2018 e 2020, “Em apenas dois anos, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões”.

Não por coincidência, nos anos anteriores, os governos Temer e Bolsonaro desmantelam um dos principais programas de suporte à comercialização direta dos produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa, o PAA, o qual, entre os anos de 2016 e 2017, teve uma redução de 46% do valor equivalente ao ano de 2010, e, em 2019, a redução atingiu o equivalente a 86% (ARAGÃO, ROGRIGUES, 2021).

Os dados estatísticos demonstram que o projeto dos governos ultra neoliberais é para atender a interesses das grandes corporações, não importando o efeito devastador na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. As reformas feitas destruíram duas décadas de avanço nas

²⁰ <http://mds.gov.br/16/09/2014>

²¹ <http://olheparaafome.com.br/#manifestu>

políticas sociais e colocou novamente na esteira política do Brasil governos para ricos, numa clara identificação do Estado como representante de classe, como evidenciado anteriormente.

Desde 2019 há uma intensificação na flexibilização de marcos regulatórios ambientais e agrícolas, especialmente aqueles relacionados aos transgênicos e à expansão da liberação de novos produtos de agrotóxicos. Essa estratégia que busca a redução da atuação estatal e favorece o setor privado é parte da agenda do governo Bolsonaro, que se declara de extrema direita e defende um modelo econômico neoliberal, marcado por uma postura radicalmente não intervencionista do Estado no mercado, mas que por consequência favorece o grande capital (SOUZA et al, 2020, p. 328).

Essa vertente se apresenta em Goiás, mais especificamente, no Cerrado, no alinhamento do Estado com o agronegócio. O governo lançou recente o Plano Agrícola e Pecuário de 2021/2022, que contará com R\$ 251,22 bilhões, tendo aumento de 6,3% em relação ao plano anterior, o equivalente a R\$ 14,9 bilhões.

Os investimentos vultosos para o agronegócio brasileiro são resultados uma demanda da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ou como está popularmente conhecida da bancada ruralista, que atua desde 1995. Essa frente parlamentar é responsável por desburocratizar o acesso ao crédito rural, propor a regularização fundiária em terras indígenas, fazer a flexibilização de agrotóxicos e outros.

O agronegócio, além de utilizar da cumplicidade do Estado e de seus aparelhos para a sua operacionalização, constrói narrativas e ideologias em que o naturaliza e o apresenta como a solução dos problemas, assim, cria o conceito de que o “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Desse modo, ocorre a naturalização do agronegócio no Brasil, uma vez que consolida-se, com políticas públicas estruturais, a manutenção de um sistema gerador de mazelas na sociedade e no ambiente; cria-se ideologias e narrativas que ganham voz na sociedade através dos meios de comunicação de massa; e nega-se todas as alternativas viáveis preocupadas com uma alimentação saudável e proteção do meio ambiente, como é o caso da agroecologia.

A agroecologia, apesar de todo o esforço em produzir alimentação saudável e lutar por Políticas Públicas, desde a década de 1970, com o Movimento de Agricultura Alternativa, não tem a mesma atenção do Estado. Embora tenha-se conquistas relevantes, como em 2012, dada a primeira Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), é possível evidenciar que estas políticas são pontuais frente ao agronegócio. De tal modo, segundo Rosa e Svarman (2018):

Por um lado, elas de fato colaboram para o avanço dessa perspectiva, contribuindo para a implementação da transição agroecológica e permitindo que as famílias consigam ter na agroecologia sua fonte de renda. Por outro, o fato de consistirem em iniciativas pontuais e não estarem atreladas a uma perspectiva de mudança estrutural no modelo de desenvolvimento rural acaba por contribuir para que a hegemonia do agronegócio seja mantida (SVARMAN, 2018, p. 32).

Portanto, o caminho para o fortalecimento da Agroecologia é por meio de um projeto agroecológico e não por um modelo agroecológico, que é aplicado de cima para baixo. Assim, a partir de cada território e demandas locais, a Agroecologia pode criar estratégias para produzir, criar autonomia e renda e produzir alimento saudável.

Em resumo, ser conveniente com o agronegócio é o mesmo que aceitar a coalizão entre Estado, indústria e latifúndio e, com isso, contribuir com as mazelas produzidas na sociedade e no ambiente e com os conflitos e a expropriação no campo, intensificando o modelo industrial de agricultura, que se pauta na utilização de químicos e na produção de *commodities*.

Ademais, derivado desse modelo, ocorre ainda a contaminação de alimentos e a propagação da Insegurança Alimentar e da fome, e com tais características, a morte. Nesse contexto, entende-se que o agronegócio é um modelo contraditório e que nega a vida. Portanto, o único e viável caminho de uma sociedade responsável, preocupada com a vida e com uma alimentação adequada e saudável, objetivando combater à fome, é um projeto agroecológico.

Em conclusão, a Agroecologia se apresenta como um projeto de vida, que nega o modelo de morte capitaneado pelo agronegócio, afinal, esse cenário se encaixa nas proposições da Necropolítica de Achille Mbembe, pois, o Estado é responsável direto pela manutenção dos direitos humanos - escolhendo quem vive e quem morre.

SEÇÃO 4:
AGRONEGÓCIO X AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM GOIÁS

4.1 Movimentos Sociais: aproximação teórica ao conceito de Movimentos Socioterritoriais

Os estudos sobre movimentos sociais estiveram ausentes no campo de pesquisa da geografia brasileira, durante as décadas de 1960 e 1970. A partir de 1980, a temática ganha destaque na agenda de pesquisa geográfica, por isso, ao se trabalhar o conceito de movimentos sociais na geografia é muito comum se deparar com referenciais teóricos de outros campos disciplinares, como da sociologia e história.

Nesse contexto, a aproximação teórica ao conceito de movimentos sociais que é trabalhada no presente texto tem como principal referência o trabalho do geógrafo Nelson Rodrigo Pedon (2013), intitulado “*Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*”. Segundo Pedon, por movimentos sociais, entende-se:

Um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseada nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder manifestados na forma do território. Esses processos têm como resultado a exclusão e a subordinação das classes populares (PEDON, 2013, p. 13).

No mesmo sentido, a pesquisadora e socióloga, Maria da Glória Gohn, publicou o texto “*Movimentos sociais na Contemporaneidade*”, o qual apresenta o entendimento sobre movimentos sociais como:

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

Acerca de movimentos sociais, por conseguinte, fica evidente que o conceito pode ser entendido como uma forma de mobilização social e ação coletiva, mantida perenemente e possuindo caráter político de luta das demandas de classes populares. Por fim, os elementos que compõem a base de um movimento social exigem uma certa organização, estratégia e plano de ação.

Nessa lógica, os movimentos sociais se diferenciam um dos outros em relação à organização, estratégia e plano de ação de cada um. Logo, pode-se observar várias categorias de movimentos sociais, como: a) Movimentos sociais de categorias específicas (Movimento feminista, negro, etc.); b) Movimentos sociais a partir de lutas gerais (Movimento ecológico, pela democracia, etc.); c) Movimentos sociais urbanos (Movimentos reivindicatórios de bens e serviços e outros); d) Movimentos sociais ligados à produção (Movimento operário, dos produtores e sindical); e) Movimentos sociais político-partidários; f) Movimentos sociais do campo (Proprietários e trabalhadores rurais); g) Movimentos religiosos (Movimentos de igrejas católica, protestante e outras) (PEDON, 2013).

Com base no trabalho de Fortes et al (2014), intitulado “*Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros entre 1964-2014*”, que objetivou oferecer descrições e informações sobre os principais movimentos sociais no Brasil, em um recorte de 50 anos pós golpe militar, foram registrados 54 movimentos sociais em todo o país, sendo que muitos deles surgiram ou aconteceram durante o período em que a geografia se abdicou do tema, entre 1960 e 1970. Os movimentos registrados são:

1. ABONG
2. Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida
3. CEBs
4. Central Geral dos Trabalhadores (CGT)/ Força Sindical (FS)
5. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
6. ULTAB/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
7. Fórum Social Mundial
8. Greves de 1978 a 1980
9. Greves da Nova República (1985-1989)
10. Greves de 1968
11. Imprensa Alternativa
12. Jornadas de Junho
13. Luta pelo Transporte Público
14. Marcha da Maconha (Descriminalização)
15. Marcha das Margaridas
16. Marcha das Vadias
17. Movimento Ambientalista
18. Movimento Antiviolação (Viva Rio, Pela Paz...)
19. Movimento Antimanicomial
20. Movimento pela Anistia
21. Movimento Contra a Carestia
22. Movimento Contra a Corrupção
23. Movimento Contra o Genocídio Negro
24. Movimentos Culturais da Periferia
25. Movimentos Culturais da Segunda Metade dos Anos 1960

26. Movimento pela Democratização da Mídia
27. Movimento pela Desmilitarização da Polícia
28. Movimento de Direito de Crianças e Adolescentes
29. Movimentos de Direitos Animais
30. Movimento Diretas Já
31. Movimento Ecumênico
32. Movimento de Educação Popular
33. Movimento Estudantil de 1977
34. Movimento dos Excedentes e o Movimento dos Cem Mil
35. Movimento Feminista
36. Movimento pelo Impeachment do Presidente Collor
37. Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
38. Movimento de Favelas
39. Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)
40. Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
41. Movimento Negro (1964-1988)
42. Movimento dos Portadores de Deficiência
43. Movimento pela Reforma Urbana
44. Movimentos Contra Remoções no Rio de Janeiro (Copa e Olimpíadas)
45. Movimento dos Trabalhadores Desempregados
46. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
47. MST
48. *Occupy*
49. Oposições Sindicais
50. Parada Gay
51. Protestos contra a Copa (Comitês)
52. Rádios comunitárias
53. Reforma Sanitária - Conselhos de Saúde
54. União Nacional dos Estudantes (UNE)

Assim, por meio do “*Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros entre 1964-2014*”, é possível evidenciar que o tema sobre movimentos sociais no Brasil não é uma questão atual, mesmo que a geografia brasileira tenha se ausentado, entre 1960 e 1970, do debate e pesquisa sobre estes.

Essa ausência de estudos sobre movimentos sociais na geografia se deve, possivelmente, pela repressão política criada na Ditadura Militar (1964-1985), que segundo Pedon (2013): “Nos períodos de forte repressão os geógrafos deixaram de lado temas de conotação política como os movimentos sociais” (p. 22). Outra questão que levou a esse silenciamento são as correntes teóricas hegemônicas do período - a geografia tradicional e a geografia teórica - que tratavam a questão política de forma secundária ou simplesmente complementar.

O setor agrário, durante o período de ausência referido, era dominado pelos conflitos entre latifundiários versus trabalhadores da terra e camponeses. Naquele momento, os movimentos sociais rurais tiveram grande representatividade com as Ligas Camponesas, que se iniciaram no Nordeste e se espalharam por todo país, nas décadas de 1950/1960.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o responsável pela criação inicial das Ligas Camponesas, com a finalidade de romper com o poder da oligarquia, auxiliar e criar uma organização popular entre os camponeses, além de dar direito aos mortos, ou seja, direito a um funeral digno²². Nesse sentido, “As Ligas Camponesas aos poucos foram se transformando num movimento que passou a lutar por direitos dos camponeses vivos” (PEDON, 2013, p. 34-35).

Destarte, os estudos de Manuel Correia de Andrade (1964) e de Josué de Castro (1967) foram os pioneiros a apresentar considerações a respeito de movimentos sociais no Brasil:

Consideramos os estudos de Manuel C. de Andrade e Josué de Castro como precursores pelo fato de abordarem o tema dos movimentos sociais mesmo de forma descritiva e sem a preocupação no aprofundamento na natureza e implicações das ações desses movimentos (PEDON, 2013, p. 28).

Retomando o momento de silenciamento da geografia sobre a temática de movimentos sociais, pode-se afirmar que Andrade e Castro foram os precursores do tema, mesmo que tenham feito trabalhos descritivos e de denúncia, mas, que já apresentavam as mazelas no campo.

A partir da década de 1980, como já afirmado, os movimentos sociais ganham destaque como pauta da geografia devido à mobilização e luta pela redemocratização, no final da década de 1970, e com a abertura política, na década de 1980. Portanto, a partir de 1970 que a geografia começa a se aproximar de ações políticas e encarar um momento de debate mais crítico, o que marca a consolidação da geografia crítica no país e a adoção do marxismo²³, que alimenta as reflexões sobre a luta de classe e, por consequência, suporta a discussão das

²² Uma vez que os camponeses eram enterrados em caixões doados pela prefeitura ou muitas vezes enrolados em redes (PEDON, 2013, p. 34).

²³ “O marxismo e os movimentos sociais chegaram simultaneamente à geografia” (PEDON, 2013, p. 25).

pesquisas geográficas sobre o assunto. Assim, a geografia crítica fez a aproximação e o debate de questões políticas até então não trabalhadas e negligenciadas pela geografia tradicional.

Durante a década de 1980, pouco se avançou para a conceituação de movimentos sociais por parte da geografia e o arcabouço teórico para as pesquisas do tema, em sua maioria, era de estudos europeus e urbanos e do campo disciplinar da sociologia e da história.

Cabe destacar, antes de avançar na compreensão de geografia e movimentos sociais de Nelson Pedon (2013), que os estudos apontados como essenciais para a construção da temática de movimentos sociais na geografia, durante os anos de 1980, foram os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984), nos quais abordava os laranjais de São Paulo; a pesquisa de mestrado de Ruy Moreira, de 1984, que trabalhou “*O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*”; e a investigação de mestrado da orientanda de Oliveira, Samira Peduti Kahil, em 1985, “*A Luta dos Posseiros em lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre*”.

Além desses, outro trabalho de grande relevância para a temática foi o do sociólogo brasileiro José de Souza Martins, de 1981, intitulado “*Os camponeses e a política no Brasil*”, que teve muita importância nas pesquisas sobre movimentos sociais e influenciou as pesquisas de Oliveira e demais pesquisadores da geografia brasileira, naquele momento e até hoje. A pesquisa de José de Souza Martins apresentou “Um inventário das experiências de luta pela terra no país, considerando-as não só como resistência camponesa à extinção, mas também como uma revelação do modelo de desenvolvimento adotado” (PEDON, 2013, p. 131).

Adiante, na compreensão de geografia e movimentos sociais de Nelson Pedon (2013), ele procura evoluir em uma proposta teórica-conceitual a respeito de movimentos sociais. Para isso, o autor parte da premissa que os movimentos sociais são uma “Mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual” (p. 13).

Nesse sentido, os movimentos sociais, por meio de suas estratégias e seu plano de ação, possuem uma natureza territorial, portanto, uma dimensão geográfica. Assim, Pedon (2013), ao utilizar uma proposta de conceituação que insere o elemento geográfico no conceito de movimentos sociais, cria o conceito de *movimento socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais*. Então, por movimentos socioespacial, entende-se que:

Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas (PEDON, 2013, p.197).

E por movimento socioterritorial, afirmar-se que:

O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança). Alguns sindicatos atuam como movimentos socioterritoriais, a exemplo da expressiva atuação da Contag e da CUT na organização e realização de ocupações por todo o país (PEDON, 2013, p.197).

Seguindo a perspectiva do autor, destaca-se que um movimento socioterritorial ou socioespacial é constituído de plano e metas, sendo que o movimento socioterritorial possui mobilização coletiva sistemática e perene, com estratégias e metas que visam a conquista do território. Assim, o elemento geográfico se insere na formulação do conceito.

Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais rurais possuem mobilização coletiva com organização, estratégia e um plano de ação, atuando principalmente na conquista do território e na manutenção da territorialidade, isto é, ocupam e lutam pela conquista da terra e a luta na terra.

Por fim, cabe ressaltar que o movimento socioterritorial e os movimentos sociais não constituem movimentos diferentes, mas sim, “Constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação de defesa de seus interesses”, dessa forma, o desenvolvimento desta nova terminologia conceitual é apenas para “Realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes” (PEDON, 2013, p. 238).

4.2 Agronegócio x Agroecologia e Movimentos Sociais

Agroecologia é movimento social,

*é luta pela terra,
é luta na terra,
é conhecimento popular,
é sabedoria da partilha na natureza.*

Murilo Mendonça Oliveira de Souza (CPT 2016).

A Agroecologia se apresenta como uma contracorrente ou oposição ao modelo tecnológico da “Revolução Verde”, imposto em 1960, e consolidado com a produção de *commodities*, função do agronegócio brasileiro. Tal modelo se sustenta com a inovação e a aplicação de tecnologia de última geração nas monoculturas em que se assenta.

Além disso, o agronegócio está pautado na agricultura industrial ou modelo convencional e se baseia em três pilares²⁴ para o seu desenvolvimento, que segundo Jesus (2005), são: o pilar da agroquímica, que é responsável por produzir agrotóxicos, insumos e fertilizantes para o solo, tendo o controle e a dominação da natureza e de suas pragas, doenças e ervas invasoras. O segundo pilar é o da motomecanização, que permitiu cultivar áreas maiores nos latifúndios brasileiros e barateou os custos da produção, por não ter gastos excessivos com mão-de-obra. O terceiro, considerado como um dos mais importantes, o pilar da manipulação genética, recebe mais investimentos das empresas transnacionais do setor agrícola. Este desenvolveu plantas com rápida resposta aos insumos químicos, contudo, originou uma uniformidade genética e, nesse sentido, a diminuição da biodiversidade, devido à aplicação da monocultura.

Esses pilares tecnológicos são alguns elementos fundamentais para a agricultura industrial, porém, o próprio Jesus (2005, p. 25) ressalva que não são os únicos. Ademais, a agricultura industrial não pode ser vista apenas do ponto de vista tecnológico, pois, “Existem os determinantes econômicos, político-estratégicos, culturais, sociais, etc., que não podem ser esquecidos”. Portanto, a necessidade de se estudar o agronegócio e a Agroecologia, pela via do conflito, aparece para evidenciar as estratégias políticas que esses modelos econômicos utilizam para expansão e fixação na estrutura fundiária brasileira.

²⁴ Segundo Carla Gras e Valeria Hernández (2020), o agronegócio se baseia em quatro pilares, assim, “Este modelo socioproductivo está apoiado em quatro pilares fundamentais (tecnológico, financeiro, produtivo e organizacional) cujas dinâmicas de rede permitem integrar cadeias de valor intersetoriais e distribuir o risco produtivo em diferentes regiões e atividades.”

Pensando no debate entre as partes, um fato é unanimidade entre os pesquisadores críticos ao agronegócio: a agricultura industrial no Brasil e no mundo não conseguiu cumprir com o objetivo defendido ainda na década de 1960 - o de acabar com a fome no mundo. Pelo contrário, foi responsável direto pelo seu crescimento, haja vista o seu direcionamento para a produção de *commodities* e não de alimentos, que são, na sua maioria, produzidos pela agricultura camponesa, como aponta Oliveira (2004), ao afirmar que a pequena propriedade produz aproximadamente 78% dos alimentos consumidos no Brasil, assim como emprega 87,3% dos trabalhadores do campo.

Notadamente, e já evidenciado por diversas pesquisas, o agronegócio é responsável por graves problemas socioambientais, condição que favorece o surgimento e fortalecimento de práticas de produção menos agressiva ao ambiente. Segundo Jesus (2005), essas práticas são classificadas como agricultura pós-moderna ou pós-industrial, embora algumas sejam anteriores ao agronegócio. Nessa denominação, são englobadas como agricultura alternativa ou consideradas apenas como sinônimo de agricultura orgânica, o que pode acarretar equívocos de interpretação.

Para Jesus (2005, p. 28), “Pode-se dividir as diferentes escolas ou linhas filosóficas, tomando por base sua ordem cronológica, isto é, a partir das mais antigas até as mais recentes”, como: Agricultura Orgânica (AO), Agricultura biodinâmica (ABD), Agricultura Biológica (AB), Agricultura Ecológica (AE), Agricultura Natural (NA) - popularizada por Mokiti Okada e Fukuoka, Permacultura (PA), Agricultura regenerativa (AR) e Agricultura Sustentável (AS).

A Agroecologia, nesse lume, surge como um paradigma emergente e uma nova perspectiva, que não pode ser considerada apenas como sinônimo de agricultura orgânica. No entanto, ela contribui para o desenvolvimento da agricultura orgânica e alternativa, pois “Enquanto na agricultura orgânica as práticas são utilizadas como instrumento de definição e certificação, na agricultura tradicional as práticas são direcionadas à garantia da fertilidade do solo e da conservação dos bens naturais” (SILVA, SOUZA, 2020, p. 27).

Entende-se, então, que a Agroecologia é mais do que um modelo de produção é também um projeto de resistência, enfrentamento e possível substituto do modelo hegemônico do agronegócio. Desse modo, reafirma-se que se partilha, nesta pesquisa, do entendimento de Silva e Souza (2020, p. 27, *grifo nosso*) que “A agroecologia pode ser entendida, nesse sentido, em uma perspectiva de *“prática, movimento e ciência”*, definição que alguns grupos teóricos e movimentos sociais têm assumido nos últimos anos”.

Prática, movimento e ciência. Como prática porque se forjou no bojo dos movimentos sociais, na luta pela terra e seus territórios, nas populações tradicionais, nos quilombolas, indígenas, camponeses e em uma forma modificada e adaptada de agricultura - que possui produção crescente, respeito ecológico e social. Cabe ainda como prática social devido às estratégias de busca de autonomia aos insumos químicos e sementes híbridas, além da relação ecológica com a natureza.

A Agroecologia como movimento ocorre por meio, principalmente, do coletivo, visto que há grupos de camponeses ligados e atuando sobre o movimento agroecológico, buscando uma ampliação e melhores condições, ou mesmo atuando na luta política. Para Petersen (2017):

Como movimento social, a Agroecologia mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente na sua construção, assim como crescentes contingentes sociais mobilizados pela defesa da justiça, da saúde coletiva, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (*apud* SILVA, SOUZA, 2020, p. 28).

Enquanto ciência, a Agroecologia recebe várias designações tais como: disciplina científica, base científica, ciência ou ciência em construção. Nesse sentido, compreender a Agroecologia como ciência se torna complexo. Ainda nesse quesito, há uma complicação devido a uma das características centrais da Agroecologia: ser a valorização do conhecimento tradicional ou popular, assim:

Aceitar que os conhecimentos produzidos em outros contextos, além daqueles considerados científicos, também são válidos, significa colocar em discussão os referenciais mais caros à ciência clássica (e os próprios pesquisadores): objetividade, neutralidade, busca da verdade, conhecimento desinteressado do mundo, etc. (GOMES, 2005, p. 136).

Embora exista essa complexidade, e mesmo o paradoxo entre ciência e conhecimento empírico, é urgente e necessário “Exigir seu espaço como área do conhecimento científico e colocá-la em risco no contato com a perspectiva cartesiana hegemônica concretada na universidade” (SILVA, SOUZA, 2020, p. 28). Portanto, é essencial entender que:

Se a ciência não representa a única fonte de conhecimento válido, se os conhecimentos tradicionais e os saberes cotidianos também devem ser considerados na produção do

conhecimento agroecológico, então é necessário promover o diálogo de saberes, em outras palavras, a articulação entre o conhecimento científico e os outros saberes produzidos ao longo do tempo (GOMES, 2005, p. 136).

Seguindo essa perspectiva, defende-se que a Agroecologia necessita de um olhar atento a essas questões, além da criação de articulações entre o conhecimento tradicional, ou saberes cotidianos, com o conhecimento científico, visto que é imprescindível exigir espaço para o debate científico. Nessa lógica, se fortalece também a luta pelo seu desenvolvimento em apoio e amparada nos movimentos sociais.

Feito esse debate inicial, cabe agora desenvolver uma análise da relação entre Agroecologia e movimentos sociais, ligados à questão agrária, que possuem destaque no Estado de Goiás e no Brasil: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação Dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), Movimento Camponês Popular (MCP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Movimentos sociais relacionados à questão agrária, busca-se unir as diversas formas de luta. Uma delas é pela produção de alimentos livres de agroquímicos, o que se chama de produção limpa, que propõe a mudança na estrutura agrária, fortalece a organização dos camponeses, reivindica políticas públicas para a agricultura camponesa, que são alguns dos temas em constante debate. Para tanto, propõe a soberania alimentar que é a autonomia da nação para ter alimentação suficiente, estável e autônoma garantindo a sustentabilidade através da agroecologia (RIBEIRO, LINO, 2014, p. 5).

A argumentação de Ribeiro e Lino permite a defesa e justifica a relevância da análise da Agroecologia pela ótica dos movimentos sociais. Além desses movimentos estarem ligados diretamente com a prática agroecológica (que se forjou, desenvolveu e se desenvolve dentro dos assentamentos rurais e comunidades tradicionais), também lutam, via ação coletiva, por melhores condições no campo, pela Segurança e Soberania Alimentar, pela terra e território, e pelo espaço de diálogo no campo acadêmico, científico e eventos. Ações estas que expressam a ação política da agroecologia. O que está posto é que a Agroecologia pela via dos movimentos sociais se institucionaliza e materializa sua ação política.

No que se refere à institucionalização, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), criada em 2004, é a expressão máxima. Sua agenda institucional e política viabiliza o fortalecimento e a construção de conhecimentos agroecológicos, científico e tradicional, ou mesmo, o diálogo entre ambos. Para tanto, atua em consonância com cientistas, comunidades

tradicionais, profissionais e estudantes de diversas áreas de conhecimento, na produção e socialização do conhecimento.

Diante do supracitado, afirma-se que a Agroecologia desenvolvida pela ABA aporta-se nos âmbitos científico, teórico, prático e metodológico, tendo como finalidade a construção do conhecimento agroecológico com enfoque sistêmico, apoiando a transição de modelos convencionais para modelos agroecológicos e o combate ao modelo degradante de produção do agronegócio. Portanto, temas como o uso de agrotóxicos e transgênicos, proteção à biodiversidade, Soberania Alimentar, educação em Agroecologia, saúde, dentre outros, são recorrentes na pauta de debates promovidos pela ABA.

Seguindo a atuação da ABA, os movimentos sociais ligados à questão agrária e atuantes em Goiás realizam relevante atuação, como é caso da CPT da Diocese de Goiás. Como princípio básico, a Comissão possui o entendimento que a Agroecologia é uma ferramenta capaz de promover o equilíbrio e a convivência com a natureza. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975, em pleno regime militar brasileiro (1964-1985), com a finalidade de prestar serviço à luta e à organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nesse contexto, a Agroecologia é entendida como um projeto de produção camponesa, que é ecológica, econômica e socialmente sustentável. Sendo assim, constitui-se em “Um modelo de produção diversificada que respeite o meio ambiente, valorize a cultura camponesa, o conhecimento popular, e que se contraponha ao agronegócio” (CPT/Diocese de Goiás, 2019).

A CPT nasceu durante um Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, que foi convocado durante uma Conferência de Bispos, que aconteceu na cidade de Goiânia (GO), por isso, está ligada diretamente à Igreja Católica. Foi criada com a finalidade de desempenhar um papel social frente aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, como resposta às condições encontradas diante da exploração do trabalho, análogas à escravidão, e à expulsão de camponeses das terras que ocupavam durante a Ditadura Militar, pois, “A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico” (CPT, 2010). Portanto, a Comissão Pastoral da Terra possui caráter espiritual para o fortalecimento e organização das comunidades camponesas.

Algumas ações são centrais na agenda de luta da CPT, como: Reforma Agrária, que é demanda de milhões de famílias sem-terra, as quais buscam a terra como sustento e modo de reprodução da vida; a defesa das famílias expulsas por grandes projetos capitalistas (barragens hidrelétricas, Mineração, dentre outros); e a defesa da água como direito da humanidade e contra a sua privatização, poluição dos rios e nascentes pelos agrotóxicos.

A questão agrária sempre teve destaque na agenda política e de luta da Comissão, que a todo o momento acompanhou os trabalhadores do campo para que obtivessem a posse da terra e sua autonomia para não serem submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. Assim, a aquisição da propriedade não representa o ponto final da vida do trabalhador camponês, é apenas o primeiro passo para a realização de uma reforma agrária, pois além da posse da terra o camponês precisa nela trabalhar e permanecer dignamente. Logo, a questão da produção, organização e comercialização virou destaque na agenda política da CPT, com o intuito de garantir alimento e renda para as famílias:

Mas não qualquer produção. Precisava ser saudável, com respeito ao meio ambiente numa convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos. Nesta lógica, foi sendo trabalhada a produção orgânica, a agroecologia, o resgate das sementes tradicionais ou crioulas (CPT, 2010).

A Agroecologia obteve destaque nas ações da CPT, visto que é entendida como uma prática produtiva que respeita o meio ambiente, produz comida saudável, resgata e valoriza os conhecimentos tradicionais e sementes crioulas e se apresenta como contraposição ao modelo hegemônico da agricultura industrial:

A agroecologia é uma forma de produção, onde sua prática obedece a diversidade e princípios adequados à manutenção da relação solo/planta num equilíbrio de sanidade, recusando pesticidas e adubos químicos. A agroecologia visa responder às necessidades de produção de alimentos, da geração de renda e de uma relação mais harmoniosa e digna no campo (CPT/Diocese de Goiás, 2019).

Destarte, a Agroecologia é entendida pela CPT da Diocese de Goiás como um modelo de produção camponesa produtivo e sustentável, sendo a Agroecologia capaz de “Reanimar a luta dos agricultores familiares camponeses e apresenta a possibilidade de uma nova forma de produzir, que respeita e convive harmoniosamente com a natureza” (CPT, 2016, p.5).

Levando em consideração esses aspectos, a CPT apresenta, então, o caminho para o camponês criar uma relação digna e harmoniosa com o campo. Além de estimular o processo de transição agroecológica, a CPT faz formação e cria informações a respeito da Agroecologia. O processo de formação em Agroecologia feito pela CPT, em 2019, já contava com sua 11ª

Escola Diocesana de Agroecologia, através de parcerias, como o Núcleo de Agroecologia Gwatá-UEG e o Curso Técnico Integrado em Agroecologia, do IFG-Câmpus Cidade de Goiás.

A CPT da Diocese de Goiás, em 2016, criou a cartilha “*Práticas Agroecológicas: saberes e fazeres da agricultura camponesa*” para o suporte, formação e informação dos camponeses e como apoio na transição de modelos convencionais para um projeto agroecológico. A cartilha apresentou temas como:

- Conhecimentos Tradicionais e Natureza;
- O Solo Ideal;
- Alimentar e Proteger a Terra;
- Nutrição da Vida da Terra e das Plantas;
- Defensivos Orgânicos;
- Manejo de Doenças;
- Formigas, Formigueiro, Formigamento;
- Manejo de Pragas de Grãos Armazenados;
- Manejo de Lesmas;
- Espalhantes Adesivos Alternativos;
- Controle de Insetos e Doenças;
- Como e Quando Plantar Algumas Espécies de Plantas;
- Dicas de Saúde, Alimentação e Indústrias Caseiras;
- Transição Agroecológica.

Por fim, a CPT tem atuado ativamente no suporte, formação e informação dos camponeses para que estes consigam êxito no processo de transição agroecológica, além de evidenciar que a Agroecologia é um projeto de produção camponesa produtivo e sustentável, tanto no viés ecológico como econômico e social, e capaz de reanimar e motivar os camponeses sobre uma nova forma de produzir, conquistar dignidade e uma relação harmoniosa com o campo.

Já a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG) também atua na defesa da produção sustentável, que aparece na 137ª edição do Jornal da FETAEG, publicado em outubro de 2017. Nessa edição, é valorizado o uso de tecnologias e alternativas para se repensar a Agricultura familiar no Estado de Goiás, destacando estilos de agriculturas alternativas como a Agroecologia, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Orgânica, entre outras. O propósito da FETAEG foi apresentar estilos de agricultura que não valorizassem unicamente o viés econômico, como a agricultura convencional, que obedece a lógica industrial de mercado com produção de *commodities*. No escopo da matéria

está referido que “Existem vários estilos de agriculturas alternativas (aquelas que não se identificam com os objetivos puramente econômicos da agricultura convencional) que seguem diferentes crenças, filosofias, orientações teóricas, práticas e tecnologias” (FETAEG, 2017, p. 2). Ainda na referida reportagem, fica claro o direcionamento da FETAEG em defesa da sustentabilidade, ao dizer que o:

Propósito de promover ações de apoio e de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, com agricultura familiar, na perspectiva da segurança e soberania alimentar, voltadas ao processo de inovação, por meio da transferência de tecnologia, intercâmbio e construção do conhecimento, diferentes agentes e instituições envolvidas que atuam direta ou indiretamente junto à agricultura familiar, cada qual com suas ações, estratégias e rede de contatos (FETAEG, 2017, p. 2).

Diante do exposto, a FETAEG tem apoiado a transição agroecológica para agricultura familiar em Goiás, defendendo uma produção que respeite as diretrizes da soberania e da segurança alimentar, bem como da produção sustentável. Portanto, valoriza “Aspectos relacionados com a saúde ambiental, a justiça social e a viabilidade econômica” (FETAEG, 2017, p. 2).

Por sua vez, o Movimento Camponês Popular (MCP) nasceu em 2008, no Estado de Goiás, e tem atuado na organização de famílias camponesas para conquistar, defender e manter seus interesses e territórios. O movimento tem caráter autônomo e popular, sendo organizado nas comunidades camponesas. Sua atuação se desdobra no resgate da produção tradicional, pela via da multiplicação e distribuição de sementes crioulas; na produção de alimentos de forma diversificada e agroecológica; e no projeto de Moradia Camponesa (ALVES, COSTA, 2012, p. 5).

O foco do MCP é a valorização do campesinato como forma de combater o agronegócio. Nesse sentido, viabiliza a prática e transição agroecológica, defendendo o comprometimento com o meio ambiente, a valorização da biodiversidade, a geração de renda e a promoção da autonomia camponesa sobre a produção.

Passando ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este foi criado, oficialmente, em 1984, com o objetivo de promover a luta pela terra, a luta por uma Reforma Agrária Popular e por mudanças sociais no campo brasileiro. O MST é o movimento camponês nacional de maior envergadura e capilaridade no Brasil.

Desde a década de 1990, o MST adota novas diretrizes para o movimento e coloca a Agroecologia como uma possibilidade para que a agricultura brasileira seja capaz de responder aos anseios de uma Reforma Agrária Popular, que promova soberania alimentar. Assim, defende que a Agroecologia possibilita a criação de sistemas produtivos diversificados, entendendo a natureza como uma aliada para a produção de alimentos saudáveis.

Levando em consideração a construção do conhecimento agroecológico no Brasil, o MST tem papel fundamental na materialização da Agroecologia e no processo de transição agroecológica nos assentamentos rurais em 24 Estados brasileiros. O Quadro 1 mapeia o entendimento de Agroecologia a partir dos movimentos sociais ligados à questão agrária brasileira e alguns aspectos agroecológicos adotados na agenda de luta e nas diretrizes da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Federação Dos Trabalhadores Rurais Na Agricultura Familiar Do Estado De Goiás (FETAEG), do Movimento Camponês Popular (MCP), e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Quadro 1: Aspectos agroecológicos a partir dos movimentos sociais do campo e pela ABA

ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	ASPECTOS AGROECOLÓGICOS A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E PELA ABA
ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Entende a Agroecologia em suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética); • Transição agroecológica; • Questões ligadas aos agrotóxicos e transgênicos; • Proteção à biodiversidade; • Soberania Alimentar; • Educação em Agroecologia; • Gênero e Saúde; • A Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural. A partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise – apoia a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável²⁵.
CPT –	<ul style="list-style-type: none"> • Não utilização de pesticidas e adubos químicos. • Produção de comida saudável e diversificada;

²⁵ <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>

<p>COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Diocese de Goiás</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia das famílias camponesas e geração de renda; • Segurança e Soberania Alimentar; • Valorização da biodiversidade e respeito ao meio ambiente; • Valorização dos conhecimentos tradicionais; • Contraposição ao agronegócio; • Agroecologia: modelo de desenvolvimento pautado na diversidade e numa melhor convivência com o Cerrado e o seu povo; • A agroecologia é uma forma de produção, na qual sua prática obedece a diversidade e princípios adequados à manutenção da relação solo/planta, num equilíbrio de sanidade, recusando pesticidas e adubos químicos. A agroecologia visa responder às necessidades de produção de alimentos, da geração de renda e de uma relação mais harmoniosa e digna no campo²⁶.
<p>FETAEG - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE GOIÁS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação tecnológica; • Saúde ambiental; • Justiça social; • Proteção dos recursos naturais; • Com a contribuição da Agroecologia, o que se busca é a construção de agriculturas sustentáveis, isto é, estilos de agricultura que reconhecem a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, aspectos relacionados à saúde ambiental, à justiça social e à viabilidade econômica, entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações, ou seja, estilos de agricultura capazes de preservar a base de recursos naturais necessários para que as atuais e futuras gerações possam se reproduzir social e economicamente e, ao mesmo tempo, produzir alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica²⁷.
<p>MCP – MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sementes Crioulas; • Produção de comida saudável e diversificada; • Autonomia das famílias camponesas; • Segurança e Soberania Alimentar; • Valorização da biodiversidade; • Preservação ambiental; • Não utilização de agroquímicos; • As práticas agroecológicas incentivadas pelo Movimento Camponês Popular (MCP) estão estimulando reflexões no âmbito de se praticar uma agricultura mais comprometida com o meio ambiente e com a valorização e união das Comunidades Camponesas em um ideal: a permanência no campo em condições dignas de trabalho e moradia. Em um contexto de

²⁶ <http://www.diocesedegoias.org.br/publicacoes/noticias/cpt-da-diocese-de-goias-1569409091>

²⁷ http://fetaeg.org.br/files/files_2_00003/arquivos/file_1556.pdf

	discussões sobre a preservação ambiental, são necessárias ações concretas que viabilizem uma produção sustentável ²⁸ .
MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação da produção e utilização de recursos internos; • Soberania Alimentar; • Alimentos saudáveis, diversificados e preço justo; • Produção e manejo de sementes crioulas; • Contraposição ao agronegócio; • Valorização da Biodiversidade; • Por agroecologia, entendemos a práxis social e produtiva dos camponeses, na qual, a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular, criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que têm a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior; • A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras²⁹.

Referência: MOURA, Filipe Borba. 2021.

Dessa maneira, fica evidente que a Agroecologia é um projeto de agricultura produtivo e viável, que possibilita renda e autonomia camponesa em relação ao mercado das transnacionais, que monopolizam insumos, sementes, tecnologia, terra, água e fazem a exploração do trabalho e do trabalhador.

Ainda na agenda de luta dos movimentos sociais, alguns aspectos, delineados no Quadro 1, merecem destaque, como: questões ligadas ao meio ambiente, Soberania Alimentar, conhecimentos tradicionais, autonomia camponesa e produção de alimentos saudáveis, condições que reúnem um conjunto de pré-requisitos na contraposição ao agronegócio.

Feita esta leitura da aproximação entre movimentos sociais e a demanda agroecológica, cabe destacar que se optou por dar ênfase à atuação do MST na perspectiva agroecológica. Entende-se que a atuação desse movimento com a pauta em questão revela a importância e a dimensão política da Agroecologia como movimento de resistência ao agronegócio em Goiás.

²⁸http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404156515_ARQUIVO_ASSEMENTESCRIOULASEAAGRICULTURACAMPONESANACOMUNIDADEMATAPRETAEMCATALAO_1_.pdf

²⁹ <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>

4.3 A perspectiva do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento social de maior destaque na luta política por uma Reforma Agrária popular massiva e ampla no Brasil. A Agroecologia ganhou destaque na agenda de luta do grupo a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, em acampamentos e assentamentos rurais brasileiros.

Segundo dados do site do MST, o movimento está organizado em 24 estados da Federação Brasileira, em todas as cinco regiões do país, com cerca de 350 mil famílias que, por meio da organização coletiva e de luta, conquistaram suas terras. Após a conquista da terra, as famílias ainda continuam organizadas lutando por direitos básicos no assentamento, como: crédito rural, assistência técnica, formação de cooperativas, saúde, educação, saneamento, energia elétrica e acesso à cultura e lazer.

Sob a perspectiva histórica, o MST, depois de sua criação e durante quase 15 anos, adotou como diretriz de organização e estruturação dos assentamentos um sistema cooperativista, ou como em alguns estudos é denominado, Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), criando Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Para alguns críticos, esse modelo nada mais foi do que uma reprodução de tecnologias e práticas da Revolução Verde.

O sistema adotado pelas CPAs se apresentou como projetos “Desenvolvidos pelos órgãos de reforma agrária procurando tentar transformar o assentado ou o pequeno agricultor num empresário rural” (CARLI, 2013, p. 122), visto que as cooperativas indicavam um modelo uniforme, com características progressistas, produtivistas, econômicas, com maciça mecanização, agroindustrialização, especialização do trabalho, utilização de agroquímicos e, portanto, altamente impositiva.

Esse sistema adotado pelo MST em suas diretrizes é notadamente influenciado do *Marxismo Ortodoxo* e provenientes de Karl Marx (1818/83), Karl Kautsky (1854/1938) e Lênin (1870/1924). Marx, influenciado pelo seu contexto histórico, entendia que a única classe que constituiria personagens revolucionários seriam os proletariados e, os camponeses, que persistissem ficar no campo, estariam sujeitos a serem subordinados pelo mercado, pois o:

Advento do capitalismo na agricultura transformava o campesinato em um *exército industrial de reserva* muito útil aos interesses burgueses, que se beneficiavam desse contingente de reserva para “estender a jornada de trabalho, e forçar o salário a se manter em nível adequado à produção de mais valia (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 647, grifo do autor).

Para Marx, a agricultura camponesa era uma limitante do desenvolvimento e o campesinato estava fadado ao desaparecimento. Por meio das influências de Marx, Kautsky também não previa futuros à agricultura camponesa, validando assim, as proposições de Marx sobre o desaparecimento do campesinato.

Segundo Borsatto e Carmo (2013, p. 648), “A ideia central da teoria de Kautsky é que os pequenos camponeses estavam em processo de extinção, fosse pela supremacia tecnológica dos grandes agricultores capitalistas, ou pelo inexorável processo de integração agricultura-indústria”. Nesse sentido, Kautsky entendia que não haviam condições do pequeno produtor se consolidar socialmente, “De maneira que a supremacia capitalista iria extingui-lo, e a única forma viável e o futuro da agricultura estaria na grande unidade de produção socialista” (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 648).

Por fim, Lênin, influenciado pelas proposições de Kautsky, também compreendia que a agricultura camponesa era inferior em relação à produção técnica de larga escala. Dessa forma, a agricultura socialista deveria se basear no cooperativismo, em latifúndios coletivos, mecanizados e especializados. Portanto, evidencia-se que as primeiras diretrizes adotadas pelo MST na organização e estruturação dos assentamentos, baseadas no cooperativismo, foram influenciadas por Marx, Kautsky e Lênin.

Ademais, essas diretrizes se pautavam em concepções produtivistas, na mecanização e especialização, e que, a partir da assistência técnica e crédito rural, desenvolveram uma reprodução do modelo convencional, o qual tornava os camponeses e trabalhadores da terra em pequenos empresários rurais, ou como atualmente denominado, em empreendedores.

O sistema de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) não possibilitou autonomia para os camponeses e não cumpria o papel de socializar os meios de produção dominado pelas transnacionais, na verdade, deu continuidade à dependência dos trabalhadores com relação às tecnologias, insumos, e:

Logo, para muitos projetos de assentamento, esse modelo gerou um alto endividamento para compra de insumos e tecnologia, com falências de inúmeras empresas sociais. Com isso, buscaram-se, gradativamente, outros paradigmas produtivos que fossem alternativos (CARLI, 2013, p.116).

O sistema organizativo dos assentamentos em cooperativas e na proposta de coletivização entrou em crise na década de 1990, provocando o endividamento de agricultores e de cooperativas do MST, em consequência da necessidade de aquisição de máquinas e agroquímicos. Por conseguinte, o modelo adotado pelo MST, por cerca de 15 anos, com influências de Marx, Kautsky e Lênin, se mostrou inconsistente e recebeu:

Severas críticas, por diferentes autores, foram direcionadas a esse modelo de organização de assentamentos; por ser um modelo impositivo, construído de “cima para baixo”, que despreza as características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência, por ter uma visão maniqueísta, ser homogeneizador, desprezar as peculiaridades regionais de cada território, não considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento, por ser alienador, entre outras (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 655).

Quando o paradigma das cooperativas entra em crise, a tônica se volta para a sustentabilidade e modelos de produção alternativos, como a produção agroecológica que, a partir do ano 2000, ganha evidência e se torna a nova diretriz do MST nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária.

O discurso político da Agroecologia e a contestação ou contraposição ao modelo convencional representado pelo agronegócio obtêm notoriedade no MST e, segundo Carli (2013, p. 118), “A agroecologia consolidou-se no MST no seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra-hegemônico à Revolução Verde”. Assim, a Agroecologia:

Emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 656).

A partir do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, a Agroecologia explicitamente se consolida como uma nova diretriz do movimento e características que foram

negadas no início do grupo ganham destaque, como: a valorização dos conhecimentos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses e outros), por dominarem o conhecimento local; o respeito ao meio ambiente; a produção diversificada e saudável; e a utilização de sementes crioulas. As novas diretrizes adotadas pelo MST introduzem a Agroecologia em proeminência na produção e luta política. Nesse contexto, somente após a consolidação da Agroecologia nas diretrizes do MST, o conhecimento tradicional camponês é inserido de fato no movimento, juntamente com questões ligadas ao meio ambiente.

Os novos referenciais adotados pelo MST criam um rompimento com as correntes do *Marxismo Agrário* e se aproximam das proposições das ideias de Alexander Chayanov (1888/1937). Desse modo, as obras de Chayanov vêm contribuindo para a formação teórica das novas diretrizes do MST, entendendo que o camponês não está fadado ao desaparecimento e que não se pode aplicar um sistema impositivo e uniforme, como o que ocorreu com as cooperativas nas décadas de 1980/90, mas deve ser feita uma abordagem de baixo para cima em nível comunitário.

As proposições de Chayanov se baseavam na valorização do saber camponês, e este era compreendido como uma célula básica para o desenvolvimento da agricultura, portanto:

A proposição chayanoviana se baseava na valorização dada ao saber camponês. Esse saber era composto por um corpo de conhecimentos, difundidos de geração em geração, que abarcavam em seu interior o potencial para o aumento de produtividade da agricultura, bem como os valores morais desejados em uma sociedade do futuro. Como pontua Bernstein (2009), para Chayanov, era nos camponeses que estava a célula básica para o desenvolvimento da agricultura, mas esta requeria o cooperativismo para atingir sua superioridade técnica (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 653).

Dessa forma, é possível observar claramente que as contribuições de Chayanov ajudam diretamente na construção da Agroecologia enquanto movimento social, enquanto luta política, enfim, como: *prática, movimento e ciência*.

Em suma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entende:

Por agroecologia entendemos a práxis social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que tem a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E,

com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras (MST, 2010).

Enfim, a Agroecologia é um processo social constituído por movimentos sociais, na prática produtiva camponesa e de comunidades tradicionais que valorizam os conhecimentos tradicionais, o debate, a luta política e o respeito ao meio ambiente. Essa realidade pode ser constatada empiricamente no Assentamento do MST Canudos, especificamente, na unidade Colmeia, que desenvolve um projeto de produção agroecológica, como é constatado no relato de campo a seguir.

4.4 Relato de Experiência: trabalho de campo no Coletivo Colmeia, no Assentamento Canudos

O relato desta seção faz parte de uma visita ao Assentamento Canudos, em julho de 2021, especificamente, no Coletivo Colmeia, que desenvolve um projeto no âmbito da agroecologia. A comunidade Canudos tem sua origem no final da década de 1990, com a ocupação da fazenda Palmeiras, que pertencia à família de Colemar Rezende, ligado à UDR³⁰ (União Democrática Ruralista). Esse assentamento está localizado em uma tríplice fronteira entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, no Oeste Goiano, com uma área de 12.757 hectares. A unidade Colmeia está localizada no município de Palmeiras.

O responsável por fazer a recepção e por conceder informações sobre o projeto em questão foi José Valdir Misnerovicz, que atua na coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e atualmente é guardião da unidade Colmeia.

O objetivo do trabalho de campo foi compreender a atuação política da Agroecologia em Canudos e a luta política do MST no país. Na oportunidade, evidenciou-se a materialização da Agroecologia no Assentamento e buscou-se entender a importância desta para o MST, seja na luta pela terra e pelo território ou na atuação por Políticas Públicas com enfoque agroecológico para a efetivação da Agroecologia dentro dos movimentos sociais.

³⁰ Associação civil criada em maio de 1985, por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo Governo Federal, no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990).

Registra-se aqui que, na atualidade, o assentamento Canudos vem passando por uma ofensiva do agronegócio, tendo em vista a intensificação das plantações de soja e milho. Essa ofensiva é liderada por um assentado, que, pela via do arrendamento de parcelas, pratica a agricultura convencional, contrariando a proposta atual do MST de se aproximar da Agroecologia como alternativa contrária ao agronegócio, sendo que é nessa vertente que está pautada a unidade Colmeia.

4.4.1 Coletivo Colmeia: um projeto de vida pelo caminho de uma alimentação saudável

Como foi abordado anteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu, oficialmente, em 1984, e possuía suas diretrizes orientadas apenas para a luta e conquista de terra. Nos últimos 15 anos, o Movimento entendeu que apenas a conquista da terra não era o suficiente, haja vista que há uma contradição, pois mesmo conquistando a terra, o agronegócio e a agricultura industrial dominam as técnicas e os utensílios da produção, levando o que Oliveira (2004) considera como sujeição da produção camponesa e familiar aos ditames da acumulação ampliada do capital.

Em suma, se fazia necessária uma alternativa que levasse à autonomia da produção camponesa e familiar em relação à rede do agronegócio. Portanto, o paradigma da produção sustentável, pela via dos moldes agroecológicos, passa a ocupar a pauta e a agenda de luta do MST. Vertente a qual se filia a unidade Colmeia, referendada pela produção de alimentos saudáveis como fonte de vida.

De posse desse ideário, o MST inicia um processo de materialização da produção agroecológica pelo Brasil, notadamente em Goiás. Segundo Valdir Misnerovicz³¹, a “única maneira de negar o agronegócio é afirmando algo alternativo”, pela via da materialização dessa alternativa. Se não for assim, não passa de discurso. “É preciso ver para crer”, por isso, é preciso fazer funcionar e mostrar que funciona para servir de referência para outras experiências, bem como para a massificação da ideia.

Destaca-se que, na conversa com o Sr. Valdir Misnerovicz, há uma lógica, já previamente pensada, e ratificada em duas máximas: a primeira refere-se ao desenvolvimento

³¹ Em conversa durante a realização do trabalho de campo.

de *dentro para fora*; a segunda se refere ao direcionamento *da unidade para o território*. Percebe-se, então, que as duas máximas encaminham para o raciocínio de que a experiência agroecológica é uma proposta que deve se fundamentar no interior do MST, por meio de sua materialização nas unidades produtivas, a partir disso, caminhar para fora das unidades rumo à hegemonia nos assentamentos, os quais se constituirão em territórios agroecológico e, portanto, se tronar referência de uma consolidada alternativa ao agronegócio.

É esse raciocínio que está atrelado ao projeto da unidade Colmeia, embora tenha-se a consciência da dificuldade a ser enfrentada. O próprio Assentamento Canudos, como já destacado, passa por um franco desenvolvimento do agronegócio. No entanto, a notoriedade que vem obtendo o projeto Colmeia nos campos político, social e acadêmico leva a acreditar que se está no caminho certo, mesmo que o projeto seja difícil e longo. Isso se percebe na satisfação dos *guardiões* da unidade, Valdir Misnerovicz e Valdir Barbosa - o que também é a visão do pesquisador.

Ressalta-se que o cenário compartilhado pelos guardiões, de otimismo e dificuldade, tem suporte no crescimento das unidades agroecológicas nos vários assentamentos do MST no território goiano. Porém, não há ocorrência de territórios agroecológicos nos moldes apresentado anteriormente, pois o conflito Agroecologia x Agronegócio está presente nos assentamentos em questão, por isso, não se verifica uma hegemonia do modelo agroecológico nesses assentamentos.

Nesse interim, entende-se que há um isolamento das unidades produtivas, visto que estas não se comunicam, dificultando ainda mais o desenvolvimento da agroecologia no MST. Nesse sentido, defende-se que a organização de eventos, de associação ou de cooperativa que possa interligar as experiências desenvolvidas pelas unidades seria um elemento a mais na luta pela criação de territórios agroecológicos. Afirma-se, portanto, que a lógica da *rede unidade* de produção agroecológica auxiliaria na construção futura de uma rede territorial de produção agroecológica, no computo do MST.

Em conversa com Valdir Misnerovicz e Valdir Barbosa, ao se discutir a Agroecologia na perspectiva do MST, a preocupação com o fomento do debate sobre a Agroecologia e a contraposição ao agronegócio, ambos afirmam que não se pode considerar a Agroecologia como *modelo*. Isso porque o conceito de *modelo* é o que suporta o agronegócio, como um pacote pré-estabelecido. A Agroecologia deve ser considerada como um projeto de vida e para a vida, pois não possui limite fechado ou algo que seja imutável. A Agroecologia

se pauta pelo princípio dialético, por ser um processo, e, portanto, por estar sempre em movimento e transformação, dependendo de cada ambiente de produção.

Ainda nessa conversa, o papel do Estado foi levantado. Ambos defendem que a atuação do Estado por meio de políticas públicas é fundamental para possibilitar a universalização da Agroecologia e, conseqüentemente, da alimentação saudável. Para Valdir Misnerovicz, “Por meio de políticas públicas que é possível massificar e fortalecer a agroecologia, criando bases que não sejam só pensando em consumo, e sim em um projeto”, nesse caso, um projeto de vida e não de morte, como é comprovadamente o agronegócio.

O que fica evidente na conversa com os produtores supracitados, é que a Agroecologia necessita de Políticas Públicas que garantam acesso a crédito, política de preços, acesso a tecnologias específicas para unidades de produção, segurança para a comercialização direta, dentre outros. E isso é exatamente o que o Pnae e o PAA representavam, no entanto, no atual governo, estes têm sofrido ataque, dada a representação do agronegócio nas decisões políticas do Brasil. Por isso, concorda-se com Stiván Mészáros (2015) quando este afirma que é ilusória a limitação do poder do Estado e, portanto, é a montanha que devemos conquistar.

Diante do exposto, defende-se que as Políticas Públicas têm a capacidade de criar territórios agroecológicos, rompendo com a lógica pontual de unidades de produção isoladas, como “ilhas”. Logo, é pela via do Estado que a Agroecologia tem a capacidade de se desenvolver e criar territórios agroecológicos, se fortalecendo e se firmando enquanto estratégia viável para romper com a lógica do agronegócio e seu projeto de morte. A exemplo dessa defesa, tem-se o já mencionado projeto da unidade Colmeia, onde estão materializados e subjetivados caminhos para um projeto de vida por meio da Agroecologia.

4.4.2 Estruturação do Coletivo Colmeia

Alguns termos e denominações são importantes para compreender o projeto do Coletivo Colmeia, tais como guardiões e CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). No que se refere ao termo *guardiões*, Valdir Misnerovicz explica que se trata da filosofia política da unidade, a qual desvincula a ideia de proprietário e, conseqüentemente, da propriedade privada da terra, matriz da acumulação capitalista. Ao negar o princípio da propriedade privada, atesta-se a terra como bem coletivo, negando inclusive a ideia de herança aos familiares.

A CSA é uma comunidade de sustento da produção da unidade e é composta por pessoas consideradas como coagricultores, já que participam diretamente da produção - na plantação, na manutenção e na colheita. No momento da realização do trabalho decampo, essa comunidade era composta por 50 pessoas, as quais, em sua maioria, residem na cidade Goiânia. Em datas programadas, elas se deslocam até a unidade Colmeia para o cumprimento de suas atividades.

Ainda para compreender a complexidade da CSA, alguns pontos são importantes: o primeiro é a eliminação da mão-de-obra assalariada - o trabalho na comunidade não é remunerado. Portanto, elimina o princípio capitalista da acumulação pelo trabalho não pago, a *mais valia*, defendida Marx (1974). Outro ponto de grande relevância da CSA é o financiamento, cumprindo o papel que deveria ser do Estado, por meio de políticas públicas. Nessa lógica, cada componente da CSA paga mensalmente uma quantia, em troca, recebe semanalmente uma cesta de alimentos. Assim, a CSA elimina outro elemento capitalista, a figura do atravessador. Essa condição possibilita o controle da comercialização direta pelo produtor e aumenta sua renda³².

Merece destaque também a diversidade de profissionais que compõe a CSA, são professores universitários, delegado, pastor, procurador federal, vereador, deputada, servidor do Incra, servidor público, dentre outros. Essa heterogeneidade possibilita pensar que há uma evidente saída para o desenvolvimento de um projeto de vida pela via da Agroecologia. São pessoas conscientes do seu papel enquanto críticos de uma sociedade de exclusão e, dessa forma, importantes agentes de disseminação desse projeto.

Já a produção de alimentos saudáveis é estruturada em três sistemas na CSA. O primeiro em formato de mandala, o segundo, em estufa destinada para hortaliças e o terceiro em sistema aberto, denominado de Agrofloresta. Nessa estruturação, ocorre a produção em consórcio com frutíferas, legumes e vegetais, espécies nativas do Cerrado e outros.

O sistema mandala, segundo Martins et al (2012, p. 3) “É uma forma de produção de alimentos, onde o plantio é feito de forma circular”. O sistema “baseia-se em princípios ecológicos, como a reciclagem de nutrientes, o reuso da água e a variedade de culturas produzidas”. As Fotografias 1 e 2 demonstram a produção nesse sistema. Observa-se que quando foram fotografados, Valdir Misnerowsk e Valdir Barbosa estavam fazendo a plantação

³² Valdir Minerosvisk, durante a conversa, chama a atenção para uso do termo renda e não de lucro. O termo renda revela a sobrevivência e nega a ideia capitalista do lucro que é o princípio da acumulação.

de alface, coentro e cebolinha. Essa variedade pode ser vista nas fotografias, que apresentam a produção em ciclos de alfaces de mamão e outros alimentos.

Fotografia 1: Horta mandala



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Fotografia 2: Panorama da horta mandala



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Além da produção de alimentos saudáveis, há na unidade Colmeia um espaço que recebe o nome de Agroflorestal Ana Maria Primavesi³³ (Fotografia 3). Este é destinado à plantação de árvores. Cada árvore plantada recebe o nome de pessoas falecidas, que, em vida, tiveram grande relevância na luta por uma sociedade mais justa. Geralmente, são homenageados nomes que compuseram o coletivo de luta em defesa dos oprimidos do campo.

A simbologia que envolve o nome Ana Maria Primavesi, revela o sentido de homenageá-la. Segundo Valdir Misnerovicz “Cada árvore tem um sentido. Então a Agroflorestal Ana Primavesi é o lugar de plantar símbolos”, sendo um espaço para a produção da subjetividade da luta pela terra e pelo território.

³³ Para ter acesso à biografia de Ana Primavesi, acesse: <https://anamariaprimavesi.com.br/biografia/>

Fotografia 3: Agrofloresta Ana Primavesi



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Nas Fotografias 3 e 4 é possível perceber a presença de frutíferas e árvores nativas do Cerrado. As bananeiras ganham destaque, pois servem para o sombreamento, produção de frutos e biomassa para fertilização do solo. O cuidado com o solo ganha centralidade na Agrofloresta, partindo do princípio de Primavesi de que vida começa com no solo saudável. Um dos princípios básicos para a saúde do solo é não o deixar exposto ao sol e à água, daí a importância da cobertura com a biomassa, que, posteriormente, se torna húmus e aumenta a fertilidade do solo. Nas Fotografias 3 e 4 este cuidado pode ser observado.

Fotografia 4: Agrofloresta Ana Primavesi



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

O sistema de estufa também é adotado na unidade Colmeia. Esse recurso é de suma importância para a produção de hortaliças, principalmente as de folhagem, que são bastante sensíveis ao sol e à água em demasia. Portanto, as estufas servem para controlar o excesso de sol e chuva, além de reduzir o ataque de insetos, o que garante uma produção mais satisfatória. As Fotografias 5 e 6 revelam o uso das estufas.

Fotografia 5: Estufa para plantação de hortaliças



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Fotografia 6: Estufa para plantação de morangos



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Em suma, pode-se afirmar que o trabalho de campo no Coletivo Colmeia serviu para compreender, de forma empírica, a materialização de um dos modelos de produção agroecológica. Mais do que conhecer o projeto, foi possível perceber que há uma alternativa exitosa e contrária ao agronegócio e sua ação produtiva destruidora, excludente e concentradora. Presenciar essa realidade, conversando com os guardiões e com produtores de alimentos saudáveis, faz crer que a Agroecologia, pela via dos Movimentos Sociais, é viável e vem se afirmando como uma importante força política contrária ao agronegócio e negando um *modelo* de morte e afirmando um projeto de vida. É o que está posto na unidade Colmeia, no Assentamento Canudos do MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de tudo o que foi trabalhado, a presente pesquisa tem caráter proposital, que almeja entender a Agroecologia e o agronegócio pela ótica de uma geopolítica dos conflitos, evidenciando como a Agroecologia, por meio dos movimentos sociais, se apresenta como a resistência ao agronegócio.

Assim, a pesquisa iniciou-se com a inquietação de como a Agroecologia se fundamentava como resistência ao agronegócio. Para esse entendimento, foi necessário evidenciar sua dimensão política, sendo esta o único projeto viável de contraposição ao modelo de agricultura industrial implantado no Brasil, o agronegócio.

Dessa forma, para se ter o entendimento político, a Agroecologia foi compreendida em uma perspectiva de prática, movimento e ciência. Através de sua dimensão ecológica, agronômica, socioeconômica, política e outras, ela se apresentou como a única forma viável de enfrentamento ao agronegócio, visto que, por meio de seu posicionamento político, da luta por território, do combate à expansão capitalista, promove o desenvolvimento de um projeto de defesa da vida, porque promove alimentação saudável, justiça social, comércio justo e respeito à natureza.

Nesse contexto, a geopolítica dos conflitos não se refere à tradicional geopolítica, que foi entendida como sinônimo de conflitos e de Estados totalitários, mas sim aos conflitos territoriais que expõem a territorialização do agronegócio e da Agroecologia em Goiás, sendo os movimentos sociais e o campesinato os principais atores da Agroecologia e, através dessa

relação, estes produzem práticas de luta pela terra e na terra, ou seja, a defesa de seus territórios e enfrentamento ao agronegócio. Tal condição evidencia que o território goiano é um campo de forças permeado pela geopolítica dos conflitos entre a Agroecologia e o agronegócio, sendo essa disputa desigual no que se refere a Políticas Públicas, capital, investimentos, subsídios estatais e outros.

Ainda se observou na pesquisa que o Estado, desde o período militar, tem atuado para a estruturação e manutenção do agronegócio no país, criando projetos, Políticas Públicas, linhas de investimentos e financiamentos que favoreceram e continuam favorecendo o agronegócio no Brasil. Enquanto isso, o início do debate para a constituição de uma Política Pública com enfoque agroecológico remonta a década de 1980 e, somente em 2012, foi criado a Pnapo. Logo, é evidente que a atuação do Estado brasileiro não obedece a lógica de um projeto agroecológico, pois o que se observou na pesquisa foi a desregulamentação do PAA, a flexibilização dos agrotóxicos e a naturalização do agronegócio.

De tal maneira, chega-se ao entendimento que na geopolítica dos conflitos no território goiano, o campo de forças é desigual, visto que enquanto a Agroecologia tem Políticas Públicas pontuais, o agronegócio goza do poder institucional do Estado e de Políticas estruturais para sua formação e manutenção.

Buscando uma prática mais benéfica para o Movimento e para a natureza, além de combater o agronegócio, o MST adotou o objetivo de produzir alimentos saudáveis durante o período da pandemia da Covid-19. Para tal, entende que a Agroecologia é viável e possível, além de ser a afirmação alternativa ao agronegócio. Nesse sentido, destaca-se também que o projeto agroecológico ganha destaque durante um momento em que o Brasil ingressa novamente no mapa da fome e o desemprego bate recordes.

Assim, foi possível evidenciar no coletivo Colmeia a materialização da Agroecologia e como ela representa uma ferramenta de luta política para fortalecer a resistência ao agronegócio, mesmo não sendo tarefa fácil, devido ao papel ideológico que o agronegócio tem criado nos últimos anos.

Enfim, é evidente e sabido que o agronegócio produz mazelas socioambientais, conflitos territoriais, contaminação de alimentos, a propagação da Insegurança Alimentar e da fome e, assim, a morte. Enquanto isso, a Agroecologia é entendida como um projeto de vida,

pois produz alimentação adequada e saudável, objetivando combater à fome. Portanto, tem-se um projeto de vida contra o modelo de morte do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1998.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.

ALVES, Sandra A.; COSTA, Carmem L. Resistir na terra: a luta pela moradia camponesa no movimento camponês popular–MCP. **Artículo presentado em el Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, Minas Gerais. Brasil, 2012.**

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. Ipea. 2017.

ARAGÃO, Ana Luíza, OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. A desestruturação do PAA e o retorno do Brasil ao mapa da fome. Porque o Estado Importa. Jornal UFG. 2021.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. Geografia: conceitos e temas. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 271-307, 2014.

BONFIM, Uraci Castro; DISTÂNCIA, ENSINO A. Curso de política, estratégia e alta administração do exército. **Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005.**

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BRASIL. **LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm> Acesso em: 24/04/2021.

_____. **LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm> Acesso em: 26/04/2021.

_____. **LEI No 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm#:~:text=LEI%20No%2010.696%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20repactua%C3%A7%C3%A3o%20e,rural%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em 26/04/2021.

_____. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 25/05/2021.

_____. **LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 26/04/2021

_____. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em 26/04/2021.

CAPORAL, Francisco Roberto et al. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CARLI, Caetano De'. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 100, p. 105-130, 2013.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. **O espaço goiano: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 2004.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e Defesa**, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. EdUSP, 2008.

CPT. Histórico. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 18/01/2021.

CPT. Práticas agroecológicas: saberes e fazeres da agricultura camponesa. **Goiânia: Editora Cirgráfica**, 2016.

DE MOLINA, Manuel González. Algunas notas sobre agroecología y política. **Agroecología**, v. 6, p. 9-21, 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. Atlas, 2000.

DUTRA SALGADO, PEDRO LUCAS. Geopolítica como Luta de Classes: Marxismo Político, Relações Internacionais e Sociologia Histórica. **Mural Internacional**, v. 7, n. 2, 2016.

FAVARETO, Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos**

na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FAVARETO, Arilson et al. **HÁ MAIS POBREZA E DESIGUALDADE DO QUE BEM ESTAR E RIQUEZA NOS MUNICÍPIOS DO MATOPIBA.** **REVISTA NERA**, n. 47, p. 348-381, 2019.

FIAN INTERNATIONAL. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do MATOPIBA, Brasil.** Tradução de Hugo Fidelis, Heidelberg, 2018.

FONSECA, Aguiel. CPT da Diocese de Goiás. Diocese de Goiás. 2019. Disponível em: <http://www.diocesedegoias.org.br/publicacoes/noticias/cpt-da-diocese-de-goias-1569409091>. Acesso em: 18/01/2021.

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014).** 2014.

FRIEDRICH, Karen et al. **Agrotóxicos: mais venenos em tempos de retrocessos de direitos.** **Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 326-347, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimientos sociales en la contemporaneidad.** **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOMES, João Carlos Costa. **Bases epistemológicas da Agroecologia.** **AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L.(editores técnicos).** **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** **Brasília: Embrapa Informação tecnológica**, p. 133-146, 2005.

_____. **Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios.** **AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L.(editores técnicos).** **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** **Brasília: Embrapa Informação tecnológica**, p. 133-146, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. TONÁ, Nilciney. **AGROECOLOGIA. Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – **Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular**, 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **A ocupação dos Cerrados: Uma Análise Crítica**. Jul/1986. p. 1-34

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 jan. 2021.

JESUS, Eli Lino de. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. AQUINO, AM e ASSIS, RL **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

JUNIOR, Armando Boito. **Estado, política e classes sociais**. UNESP, 2007.

KAHIL, Samira Peduti. A LUTA DOS POSSEIROS EM LAGOA—SÃO PAULO: A DIFERENÇA DA CONSTRUÇÃO/DESTRUIÇÃO DO TERRITÓRIO PARA O TRABALHO LIVRE. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 62, p. 119-132, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, F.; LEFEBVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social: Um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. Brasília: Editora Líber Livro, 2010. (Série Pesquisa).

LIMA, J. **NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil**. EMBRAPA, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>. Acesso em: 9 jan. 2021.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 1981.

MARTINS, Renata Knychala et al. O sistema mandala de produção de alimentos: uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 55, 2012.

MARX, Karl. *O capital, Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia, UNESP, Presidente Prudente. SP. 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re) existências. **Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas**, v. 1, 2007.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, p. 53, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo. Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Vozes, 1985.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, p. 25-52, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro**, v. 25, n. 49-50, p. 17-57, 1995.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela, p. 27-64, 2004.

PALUDO, Rafael; COSTABEBER, José Antônio. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, 2012.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. Editora Unesp, 2013.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Trabalho de campo na (re)construção da pesquisa geográfica: reflexões sobre um tradicional instrumento de investigação. **Revista GEOgraphia**, UFF, Rio de Janeiro, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAFFESTIN, Claude; **Por Uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Marina Pires; LINO, Ms Janãine Daniela Pimentel. AS SEMENTES CRIOULAS E A AGRICULTURA CAMPONESA NA COMUNIDADE MATA PRETA EM CATALÃO (GO). VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, Espírito Santo. Brasil, 2014.

ROSA, Marcela Pereira; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Agroecología y políticas públicas: reflexiones sobre un escenario en constantes disputas. **Revista Psicología Política**, v. 18, n. 41, p. 18-41, 2018.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. **AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L.**(editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, p. 133-146, 2005.

_____. La agroecología como estrategia metodológica de transformación social. Córdoba, Espanha: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, [s.d.]. 2001. Disponível em: https://ilusionismosocial.org/pluginfile.php/605/mod_resource/content/2/la%20agroecologia.pdf. Acesso em: 29-05-2020.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; OTTMANN, G. Las dimensiones de la Agroecología. In: INSTITUTO DE SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS CAMPESINOS. Manual de olivicultura ecológica. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2004. p. 11-26. (Proyecto Equal-Adaptagro).

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MONTIEL, Marta Soler. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. *Documentación social*, v. 155, p. 23-39, 2009.”

SHANIN, T. Lições camponesas. In.: **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E.. 1ed. São Paulo: Expressão popular: UNESP- Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: **Expressão popular**, p. 23-47, 2008.

SILVA, Edson Batista. Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), 2014.

_____. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente (1970-2015)**. 2018. 526 f. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia/GO.

SILVA, Edson Batista. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. **Temas em Geografia Rural**, 2ª Ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2013.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira et al. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 319-352, 2020.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, p. 31-64, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

Via Campesina. Relatório do encontro. In: Encontro Continental de Formadores y Formadoras en Agroecología, 1. Anais... Barinas, Venezuela: Instituto Agroecológico Latinoamericano Paulo Freire (IALA), agosto de 2009.

Sites relacionados:

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>.

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>.